Fenavist

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Brasília - Fevereiro / 2012 Ano X - nº 15

Impresso Especial
9912184210-DR/BSB
FENAVIST
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

A Copa do Mundo é Nossa

FIFA WORLD CUP
Brasil

Segurança Privada, que será responsável pela segurança de 2014, deu o primeiro passo ao trabalhar nos jogos amistosos da seleção brasileira

Eleição

Odair Conceição e reconduzido à presidência da Fenavist

Prêmio Mérito

"Oscar" da Segurança Privada

Entrevista

Dr. Clyton Eustáquio Xavier
Coordenador-Geral de Segurança Privada

ESTE E
É PARA

Esse produto ge

Anu

Revista

ESPAÇO
A VOCÊ

ra bons negócios

ncie

Fenavist

Somos brasileiros e **não desistimos nunca**

Há cerca de um ano iniciávamos o nosso trabalho como Presidente da Fenavist. O trabalho como um dos seus dirigentes já desenvolvíamos há muitos anos, estando sempre presente e dando a nossa contribuição na busca incessante de soluções para todas as demandas da atividade de segurança privada.

A nossa chapa venceu a eleição e assumimos a honrosa mas árdua missão de suceder a brilhante e significativa gestão do empresário paranaense, Jerfferson Simões. Começava ali, uma série de desafios e sonhos que planejamos conquistar para o bem da atividade.

Os objetivos e motivos, de termos concorrido à eleição começamos a buscar de forma incansável, logo nos primeiros dias do mandato, trabalhando diuturnamente.

E, os resultados positivos começaram a aparecer, mas infelizmente os inconformismos daqueles que não sagraram-se vencedores no processo eleitoral, os levaram a questionar na justiça o resultado da eleição, com o emprego de elevados valores, em honorários, e um batalhão de advogados, movidos pela falta de humildade e de elevação democrática.

Contudo, mesmo enquanto enfrentando os vários obstáculos e o mau - estar ante essa situação lastimável, continuamos a lutar pelo segmento, sem esmorecer, e os resultados do nosso trabalho continuaram a aparecer, já que a atividade empresarial não pode ficar refém de absolutamente nada, como também a eficiente atuação da sua entidade de classe.

E, para não restar dúvidas na nossa condução dos destinos da entidade, deixamos de continuar nossa posição de defesa nos processos judiciais, e optamos por realizar uma nova eleição, que foi por nós convocada para o dia 09/05/2011. Após a Federação enfrentar mais de duas dezenas de ações, promovidas pelos integrantes da chapa opositora à nossa, que se intitulou a "**poderosa da atividade"** por considerar que detém o poder econômico, mais uma vez o resultado da nova eleição foi a nosso favor, sagrando-se vencedora a nossa chapa FENAVIST EM AÇÃO, pela unanimidade dos delegados dos sindicatos votantes, que se fizeram presentes no dia da eleição.

A chapa de oposição, formada pelos mesmos componentes da chapa da eleição anterior, mais uma vez não teve competência para vencer, no democrático processo eleitoral , pois sequer conseguiram habilitar sua chapa para ser votada, ou apresentar os documentos exigidos pelo Estatuto, e, também, por clara arrogância, até afirmaram por escrito que não iriam se defender da impugnação à sua chapa, por que desconheciam as providências estatutárias tomadas pela Fenavist, bem como o regular processo eleitoral instalado.

E, mesmo estando com previsão em liminar para comparecer, votar e defender os seus pontos de vista como entendessem, no processo eleitoral, ou mesmo judicialmente, esses opositores não compareceram às eleições.

Agora, estão fazendo o discurso de que vão **"destruir"** a Fenavist, como se isso fosse possível. Num estado democrático de direito, como o que vivemos, quando um grupo perde uma eleição, de forma inteligente se junta ao grupo que venceu e vai participar efetivamente de todas as ações, fazendo uma oposição séria e sadia, ainda que aguerrida.

Pois, afinal, a entidade é de todos, e os mandatos são passageiros. Assim, cabe a todos buscar o desenvolvimento coletivo dos representados, por meio de sua entidade de classe e não é se isolando do grupo ou se dispersando para outras entidades que os interesses da atividade serão bem defendidos, pois outros locais não são o foro correto.

O propósito de destruição demonstra ódio, falta de espírito coletivo e democrático. E Achar que vão destruir uma entidade como a Fenavist, construída por homens sérios e comprometidos com essa atividade, é o mesmo que querer impor uma ditadura que esse País já aboliu há décadas e que jamais seu povo permitirá que retorne.

A vitória de nossa chapa representa a continuidade de um trabalho sério, com muito dedicação e

Odair Conceição
Presidente da Fenavist

denodo, e que em menos de 12 meses já havia refletido em vitórias maiúsculas para o segmento.

O fim do tabelamento de preços para contratos com os órgãos públicos feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão MOG, aparece nesta lista de prioridades. Apesar de ainda não termos resolvido a extinção da tabela de uma vez por todas, nos últimos meses conseguimos que o MOG mudasse a metodologia e passasse a reconhecer despesas até então deixadas de lado na composição dos nossos preços, resultando em ganhos de aumentos históricos nos preços de referência.

Também conseguimos que a tabela fosse alterada e publicada com maior celeridade, e desta forma, este ano todas as Unidades da Federação que firmaram suas convenções coletivas tiveram seus preços reajustados até o último mês de agosto, alcançando a atividade no Brasil, reajuste médio da ordem de 10,48% para os postos de vigilância 12x36 diurno; 21,26% para os postos de vigilância 12x36 noturno e de 10,27% para os postos de vigilância 44 horas semanais.

Outro grande passo rumo ao futuro dado pelo segmento neste período se refere à inserção oficial da segurança privada na organização dos jogos de futebol no Brasil. Passo esse que nos coloca um degrau acima e nos prepara para a Copa do Mundo de 2014, já que é uma exigência da Federação Internacional de Futebol (Fifa) que a segurança dos estádios seja feita por profissionais privados.

E não estreamos de forma discreta. A segurança interna dos estádios nos jogos amistosos da Seleção Brasileira de Futebol, realizados em junho em Goiânia e São Paulo, ficaram a cargo das empresas de segurança privada. E vale ressaltar que o jogo realizado no Pacaembu contra a Romênia, não foi uma simples partida amistosa. O jogo marcou a despedida, da Seleção, do atacante Ronaldo “Fenômeno”. Milhares de torcedores, convidados e profissionais de imprensa do mundo inteiro estavam presentes. Assim nossos vigilantes deram um show, proporcionado tranquilidade as pessoas que estavam nos estádios.

Um pacto nacional entre a Fenavist e a CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes, está sendo construído com vistas a estabelecer as regras gerais que servirão de base para nortear as relações de capital e trabalho para os grandes eventos que o Brasil sediará, assegurando a todos as melhores condições para o sucesso dessa atividade.

A reforma da lei da segurança privada é imperiosa, e o país não pode mais conviver sem seu novo estatuto. Com esse objetivo também temos trabalhado juntamente com a representação dos trabalhadores e parlamentares para ver aprovado, urgentemente, esse instrumento que transformará para sempre, a consolidação da nossa atividade.

Temos também participado ativamente para a construção da Lei que regulará de uma vez por todas a terceirização no Brasil, trazendo para o setor produtivo mecanismos modernos e que melhor assegure essas relações, fazendo com que o empreendedor invista com segurança jurídica e ao mesmo tempo dê aos trabalhadores melhor proteção na relação trabalhista. O inovador debate que participamos na audiência pública que o TST promoveu, mostrou a todos a necessidade imperiosa dessa legislação.

Mas, tudo isso só está sendo possível, graças à união de verdadeiros empresários, em torno do segmento comprometido com a atividade, visando único e exclusivamente, objetivos comuns. Por isso, nós da Federação, queremos contar sempre com a participação do maior número de empresas, sindicatos e associações parceiras. Só assim conseguiremos elevar a atividade ao patamar que desejamos e as portas da Fenavist, sempre estiveram e continuarão sempre abertas para receber todos aqueles que queiram contribuir com o crescimento da atividade, já que como brasileiros que somos,...NÃO DESISTIMOS NUNCA!!!

Um forte abraço para todos.

Odair Conceição
Presidente da Fenavist

SUMÁRIO

03 **Editorial**
Somos brasileiros e não desistimos nunca

08 **Prêmio Mérito**
"Oscar" da Segurança Privada

22 **Eleição**
Odair Conceição é reconduzido à presidência da Fenavist

28 **Entrevista**
Dr. Clyton Eustaquio Xavier

36 **Capa**
Copa 2014, a Segurança Privada já deu o pontapé inicial

48 **Adicional de Periculosidade**
Quem vai pagar a conta?

52 **Ministério do Planejamento**
Fim do tabelamento de preço, a luta continua

56 **Sindicatos**
Notícias estaduais

58 **Gente**
Conheça os empresários do segmento

Fenavist

Presidente
Odair Conceição

Vice-Presidente Nacional
Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidentes
Lauro Santana Silva, Leonardo Ottoni Vieira, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio, Salmen Kamal Ghazale, Lélio Vieira Carneiro, Wilson da Costa Ritto Filho, Ivan Hermano Filho, Francisco Lopes, Leonardo Cavalcanti Prudente, José Helder de Souza Andrade, Edson da Silva Torres, Antônio Vasco Pereira Filho, Adriana Aparecida de Quadros, Lênio Vieira Carneiro, Victor Saeta de Aguiar, Sebastião Divino de Souza, José Elcino Rodrigues Bueno, Ernani Luiz de Miranda, Renê Rodrigues de Mendonça Filho, José Rossini Araújo Braulino, Irenaldo Pereira Lima, Manoel dos Anjos Almeida, Sandro Mauricio Smaniotto

Vice-Presidentes Adjuntos
Ricardo Roland Rocha, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Mauro Freire de Carvalho Oliveira, Shirley de Medeiros Braulino, Pedro Cruz de Souza, Gutemberg Araujo Lima, Franciele Nazário Vieira, Ivan Hermano, José Raimundo Salles de Oliveira, Orlando Lamounier Paraíso Júnior, Patrocínio Valverde de Morais Neto, Iana Gizelle de Freitas Chaves, Carmen Suzana Menezes Santana Silva, Márcia Alves de Paiva Torres, Marcus Antonio da Silva Guidio, Odílio de Franca Filho, Joseph Ribamar Madeira, Francisco Schubert Martins Costa, Fabrício Leandro de Souza, Nilson Villa Verde Coelho de Magalhães, Rogério Bueno de Queirós

Conselho Fiscal
Luiz Alfonso Fregulia, Carmo Camargo ,
Ruy Barbosa Baptista Júnior

Conselho Fiscal Adjunto
André Luiz Costa Machado, Odailton José de Souza, Livino Rodrigues de Queiroz Júnior

Representantes junto à CNC
Odair de Jesus Conceição, Jeferson Furlan Nazário, Salmen Kamal Ghazale, Edson da Silva Torres

Conselho Nacional do Sesc
Lélio Vieira Carneiro, Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio

Conselho Nacional do Senac
Leonardo Ottoni Vieira, Sandro Mauricio Smaniotto

Conselho de Ex-Presidentes
Eunício Lopes de Oliveira
Lélio Vieira Carneiro
Cláudio da Silva Neves
Jerfferosn Simões

Diretora-Superintendente
Rosângela Menezes

JORNALISTA RESPONSÁVEL E EDITOR
Luís Augusto Evangelista
DF 7233
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO
Luís Augusto Evangelista

DIAGRAMAÇÃO
Ailton Francisco
Fone: 55 61 9952-2575
easycomunicacao@gmail.com

REVISÃO
Fátima Loppi
fatima.loppi@gmail.com

GRÁFICA
Athalaia
Fone: 55 61 3343-4100
athalaia@athalaia.com.br

TIRAGEM
5.500 exemplares
distribuição nacional

Ed. Prime SBS Qd. 2 - Lote 15 - Bl.E -
16º andar - salas 1601/1602 CEP: 70070-120
Brasília - DF - Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

"Oscar" da seg

Prêmios Mérito em Serviço da Segurança Privada Nacional, Benemérito da Segurança Privada Nacional e Estadual foram entregues a empresas e personalidades que têm contribuído para o desenvolvimento da atividade

Vinte e três de novembro de 2011. Uma data histórica para a segurança privada nacional. Pela quarta vez o segmento se reuniu para homenagear as empresas e personalidades que tem contribuído de forma decisiva para o crescimento e desenvolvimento da atividade. No clube Naval, em Brasília, a Fenavist promoveu a 4 edição dos Prêmios Mérito em Segurança Privada Nacional, Benemérito da Segurança Privada Nacional e Estadual.

Como nas celebrações anteriores, a Fenavist homenageou as empresas que tem sobrevivido as altas cargas tributárias, a clandestinidade e a concorrência desleal no mercado por 5, 10, 15, 20, 25, 30 anos. Além disso, também reconheceu o trabalho desenvolvido por empresários, parlamentares, representantes de órgãos reguladores, imprensa e fiscalizadores em prol da atividade.

Em uma festa de gala, organizada pelo produtor Mauro Carvalho, os convidados também puderam aproveitar o clima de confraternização para rever amigos e colocar a conversa em dia.

Antes da premiação, o presidente da Fenavist, Odair Conceição, aproveitou para fazer um breve discurso em homenagem aos participantes. "Empresas que fazem o dia-a-dia da população brasileira mais seguro. Empresas que pela seriedade com que trabalham elevam diariamente a segurança privada a patamares que fazem desta atividade uma das principais do país", assim Conceição definiu as homenageadas. O presidente

gurança privada

Fotos:Ascom Fenavist

da Federação também aproveitou para deixar claro que o grande desafio da segurança privada nos próximos anos é assumir a responsabilidade de promover a segurança nos grandes eventos esportivos. "Mas isso não nos assusta. pois sabemos que podemos contar com empresas tão sérias como as que estão sendo homenageadas aqui hoje, bem como com a colaboração de profissionais e entidades do mais alto gabarito como as que estão recebendo o Prêmio Benemérito."

Por fim, Odair Conceição agradeceu o apoio recebido. "Gostaria de agradecer por todo apoio que venho recebendo ao longo da minha gestão. Também queria desejar um feliz natal e um 2012 de muito trabalho e sucesso a todos."

Mulheres – Após o discurso do presidente da Fenavist, a Federação surpreendeu a todos ao promover uma homenagem as mulheres Brasileiras. Em nome da Diretora Superintendente da Federação, Rosângela Menezes, e da Consultora Jurídica da entidade, Celita Souza, todas as mulheres que tem trabalhado arduamente para elevar a atividade de segurança privada.

"Assim como a Doutora Celita, ela (Rosângela) representa o que há de melhor nas mulheres que atuam não só na segurança privada, mas nas mulheres brasileiras. Mulheres que fazem dos desafios incentivo. Da fibra sua principal característica sem nunca perder a ternura e o respeito ao próximo", dizia o texto lido pela mestre de cerimônia.

Também foram chamadas ao palco as esposas de diretores da Fenavist dos Presidentes de Sindicatos para receberem uma justa e merecida homenagem da Federação, já que essas são um dos principais pilares na vida desses classistas que lutam em prol da atividade e tem em suas esposas suas fontes de fortalecimento.

Premiação – Passado o primeiro momento de grande emoção da noite, teve início o "Oscar" da segurança privada. Destinado a empresas que têm resistido a todas as adversidades do mercado, além de contribuir para o desenvolvimento do segmento, o Prêmio Mérito em Serviço da Segurança Privada Nacional dividido em 5 categorias: Cristal (5 a 9 anos de fundação), Bronze (10 a 14 anos de fundação), Prata (15 a 19 anos de fundação), Ouro (20 a 24 anos fundação), Platina (25 a 29 anos fundação) e Diamante (mais de 30 anos de fundação) premiou 46 empresas.

A cada empresário que subia ao palco para receber o troféu era possível ver a emoção e alegria no rosto de cada um. Emoção de quem sabe o quanto é difícil sobreviver em um mercado competitivo como o da segurança privada. Dá para dizer, que quem subia ao palco, na verdade era um super-herói e não um ser humano comum.

Além das empresas, personalidades que tem se dedicado ao longo dos últimos anos na defesa e desenvolvimento do segmento em âmbito nacional e estadual também foram homenageados com o Prêmio Benemérito da

Segurança Privada Nacional e Prêmio Benemérito da Segurança Privada Estadual.

Foram agraciados com o Prêmio Benemérito da Segurança Privada Nacional Washington Umberto Cinel (Representante Empresarial), Carlos Henrique de Azevedo (Representante do Setor Regulador), Deputados Laércio Oliveira e Osmar Serraglio (Representante Parlamentar), Antônio Oliveira Santos - presidente da CNC e José Boaventura Santos - presidente da CNTV, (Representante Entidade de Classe), Vilson Trevisan (Representante Profissional Liberal) e o Jornal da Segurança (Representante Imprensa).

Por sua vez, José Pacheco Ferreira (AM), Odair Conceição (BA), Deputado Federal João Campos de Araújo (GO), Salmen Kamal Ghazale (MT), Guilherme Alexandre da Silva Santos (PA), Everaldo Guedes Mariz (PE), Deputado Federal Fernando Francischini (PR), Nilson Villa Verde Coelho de Magalhães (RJ), Cecílio Francisco Barbosa Neto (RN), Samuel Alves Barreto (SE), Victor Saeta de Aguiar (SP), Renê Rodrigues de Mendonça (TO) receberam o Prêmio Benemérito da Segurança Estadual.

Após o término da entrega de troféus, os convidados terminaram a noite com uma lindíssima queima de fogos de artifício ao som da banda Caras e Bocas, que com um repertório eclético, animou a todos.

Reconhecimento - Assim como nas edições anteriores, a presença de autoridades foi uma constante (aguardo a relação).

Como nas edições anteriores, a festa foi marcada pela presença de muitos parlamentares, o que comprova o respeito que a Fenavist adquiriu junto ao Congresso Nacional. Entre os deputados federais presentes estavam Fernando Francischini, Osmar Serraglio, Professor Setimo, Felipe Pereira, Felipe Maia, João Campos, Laércio Oliveira e Maurício Trindade. Além dos parlamentares, autoridades como o Juiz Federal Delegado Carlos Eduardo, o Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, Clynton Eustaquio Xavier, presidentes de sindicatos e de federações parceiras também prestigiaram o evento.

Empresas Homenageadas

Categoria CRISTAL
Atalaia Serviços de Segurança e Vigilância Ltda
Central – Segurança de Valores Ltda
Condores Segurança Ltda
Hopevig Vigilância e Segurança Ltda
MJB Vigilância e Segurança Ltda
Pinheiro Segurança e Vigilância Ltda
Total Vigilância e Segurança Ltda

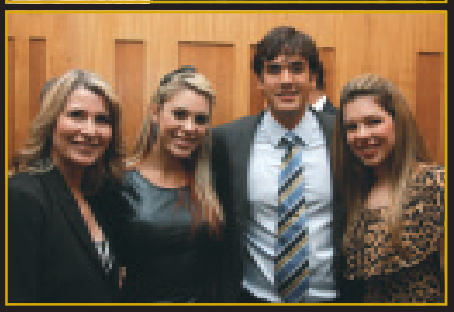
Categoria BRONZE
Betron Tecnologia em Segurança Ltda
Embrasil Empresa Brasileira de Segurança Ltda
Fenixx Vigilância e Segurança Profissional Ltda
Fiel Vigilância Ltda
Force Vigilância S/C Ltda
Fortesul Serviços Especiais de Vigilância e Segurança Ltda
Gersepa – Serviços de Segurança e Vigilância
Global Segurança Ltda
Interfort – Segurança de Valores
Lynx Vigilância e Segurança Ltda
Efra Segurança e Vigilância Privada
Tecnoguarda Vigilância e Transporte de Valores Ltda
Tigre – Vigilância Patrimonial de Alagoas Ltda

Categoria PRATA
Ágil Empresa de Vigilância Ltda
Confederal Rio Vigilância Ltda
Dinâmica Segurança Patrimonial Ltda
Escudo Vigilância e Segurança Ltda
Garantia Real Empresa de Segurança Ltda
Guardsecure Segurança Empresarial Ltda
Protex Segurança Ltda
Soberana Segurança e Vigilância Ltda
Special Service Segurança Ltda

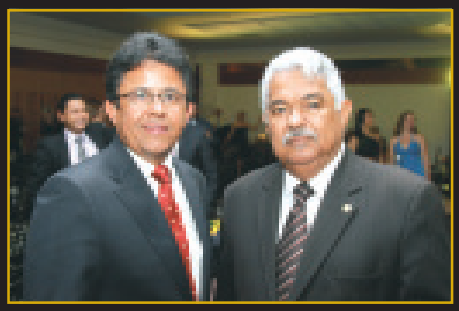
Categoria OURO
City Service Segurança Ltda
Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda
EBF Escola Bahiana de Formação de Vigilantes Ltda
Escolta Serviços de Vigilância e Segurança Ltda
Guardiã Segurança e Vigilância Ltda
Mendes e Ferreira Segurança Patrimonial Ltda
Pentágono Serviços de Segurança Ltda
Ronda Serviços de Segurança e Vigilância Ltda
Sacel – Serviço de Vigilância e Transporte de Valores Ltda
Visam – Vigilância e Segurança da Amazônia Ltda
Sitran Empresa de Segurança Ltda
Solução Segurança e Vigilância Ltda

Categoria PLATINA
Sitran Empresa de Segurança Ltda.
Solução Segurança e Vigilância Ltda.

Categoria DIAMANTE
Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda
Ceará Segurança de Valores Ltda
Coral Empresa de Segurança Ltda
CORPVS – Corpo de Vigilantes Particulares Ltda
Onseg – Serviços de Vigilância e Segurança Ltda
STV Segurança Ltda



2011



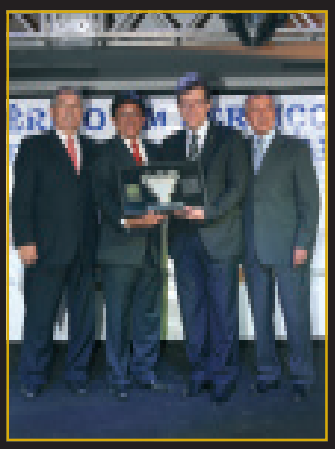
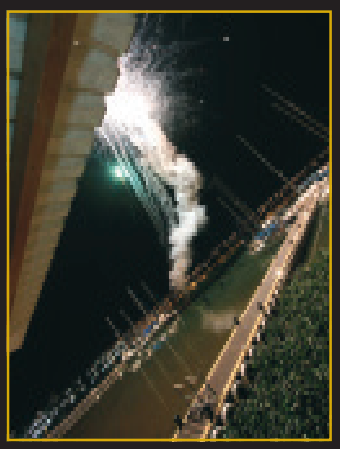
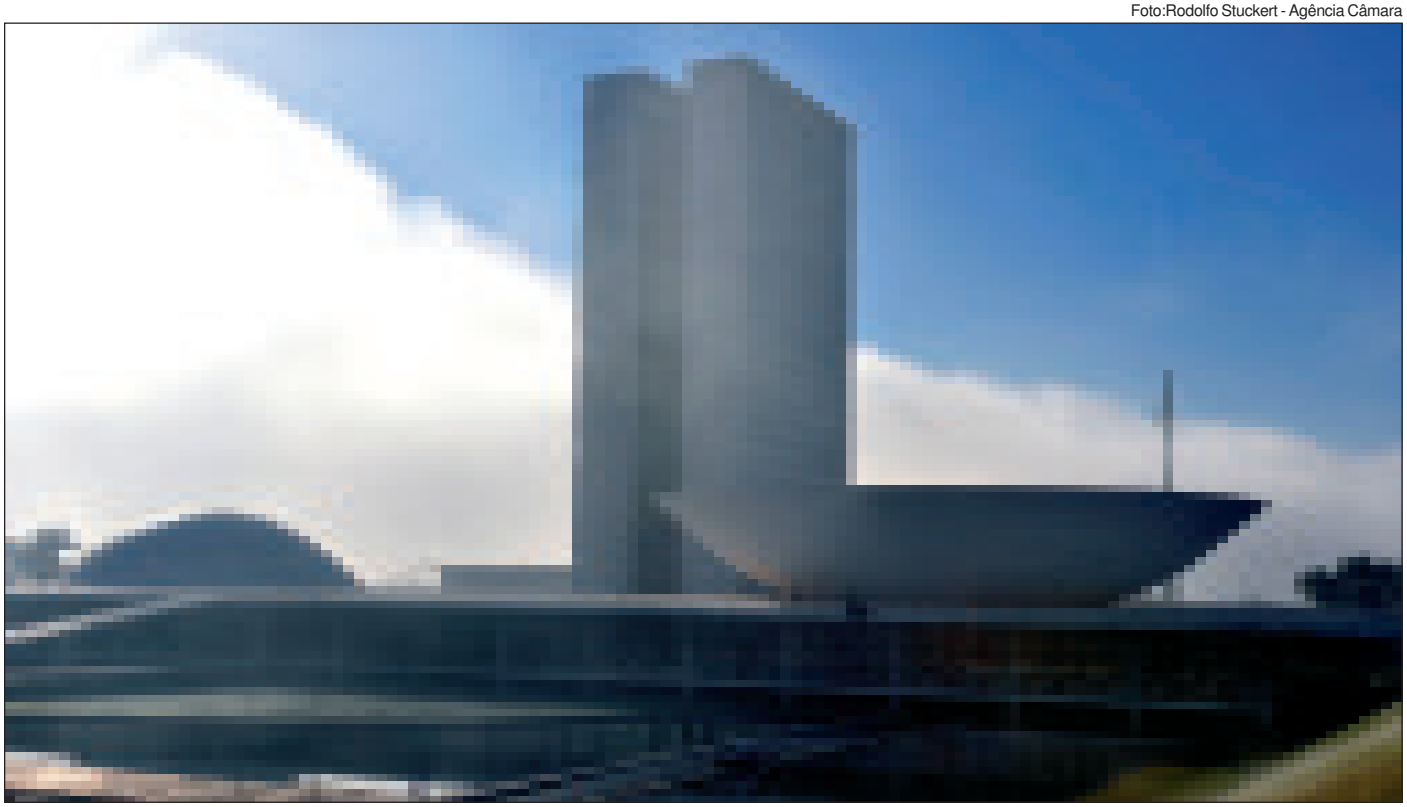



Foto:Rodolfo Stuckert - Agência Câmara



Congresso Nacional discute Estatuto da Segurança Privada

Estatuto da Segurança Privada aguarda a instalação de nova Comissão para voltar à pauta de discussão

Com o início da nova legislatura, a Comissão Especial que tratava do assunto foi dissolvida. Há expectativa de que ela volte a ser instalada agora no segundo semestre

A modernização da Lei n 7.102 de 1983 é uma das prioridades da Fenavist há muitos anos, reformulação que esteve próxima de acontecer na última legislatura do Congresso Nacional. Após pressão de todos os participantes do segmento de Segurança Privada, em 2009 foi criada a Comissão Especial de Segurança Privada na Câmara dos Deputados, o que naquele momento agilizou o processo de discussão e tramitação.

Presidida pelo deputado federal Filipe Pereira (PSC-RJ) e tendo como relator o deputado Professor Sétimo (PMDB-MA), a Comissão adotou como estratégia apensar todos os projetos que tratavam sobre mudanças na legislação da Segurança Privada em um único e, com isso, começou a discussão sobre o Estatuto da Segurança Privada. Várias audiências com todas as partes interessadas - empresas, trabalhadores, Polícia Federal, representantes dos bancos, entre outros - foram realizadas.

Após essa série de discussões, em que todos tiveram a oportunidade de apresentar propostas e sugestões para serem inseridas no Estatuto da Segurança Privada, em junho de 2010, o relator apresentou o relatório final sobre o tema. Infelizmente, o documento apresentou uma série de pontos polêmicos e altamente prejudiciais a atividade inclusão do

adicional de 30% de periculosidade de uma única vez, permissão para que as cooperativas atuem na atividade de Segurança Privada, autorização para que vigilantes individualmente exerçam a atividade, capital social único no valor de R$ 150.00,00,entre outros.

Esses pontos receberam críticas de várias partes do segmento e o relatório não obteve consenso nem entre os membros da Comissão Especial de Segurança Privada.

Desde a apresentação do texto do deputado Professor Sétimo, a Fenavist, que participou de todas as audiências e de várias reuniões com os membros da Comissão, tentou mostrar os equívocos cometidos, bem como propôs a substituição do texto por um de consenso, levando em consideração os aspectos apresentados pelas empresas, trabalhadores e Polícia Federal, órgão que regulamenta e fiscaliza o setor.

No entanto, com as eleições de outubro, no segundo semestre de 2010, a Comissão diminuiu o ritmo de trabalho e o impasse continuou. Com isso, as discussões transferiram-se para a nova legislatura. "Com o fim da legislatura, a Comissão Especial foi encerrada por decurso de prazo. Nesta nova legislatura, aguarda-se a instalação dessa nova comissão, o que deverá acontecer ainda este ano, objetivando retornar à discussão e à elaboração da nova legislação que vai nortear o setor da Segurança Privada", explica a assessora parlamentar da Fenavist, Cléria Santos.

Apesar do fim da Comissão Especial, os trabalhos da Fenavist em nenhum momento cessaram. E com o início da nova legislatura, os esforços evidenciados para que os pontos polêmicos sejam resolvidos e se aprove uma nova legislação aumentaram. Audiências com deputados, líderes partidários e de bancadas e com os trabalhadores estão acontecendo regularmente. Além disso, os presidentes de sindicatos têm buscado o apoio dos deputados de seus estados, sempre mostrando a importância da atividade para o País.

"O trabalho da Assessoria Parlamentar da Fenavist consiste em acompanhar a tramitação de todos os projetos analisados no Congresso Nacional relativos à Segurança Privada, e todos os esforços têm sido empreendidos pela Fenavist, no sentido de tentar conscientizar os parlamentares de que o setor da Segurança Privada no Brasil depende e aguarda uma atualização e modernização da legislação vigente, sem o que o setor não conseguirá acompanhar o crescimento e o desenvolvimento do País", afirma a assessora da Fenavist.

Para se manter informado sobre o segmento de segurança privada acesse:

www.fenavist.org.br

Fenavist reúne-se com FEBRABAN

O presidente da Fenavist, Odair Conceição, acompanhado do vice-presidente nacional, Jeferson Furlan Nazário, reuniu-se no último dia 25 de maio de 2011, com a diretoria da FEBRABAN em São Paulo, representada pelos senhores Wilson Antônio Salmeron Gutierrez, diretor técnico; Pedro Oscar Viotto, diretor setorial de Segurança Bancária; Magnus Ribas Apostólico, diretor de Relações do Trabalho; e Virgilio José Ribeiro, assessor técnico. Na oportunidade, foi discutida a importância das duas entidades classistas estreitarem o relacionamento, considerando que uma parte muito significativa da atividade de Segurança Privada é utilizada pelos bancos. Além disso, discutiram temas como Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), greve de vigilantes; Estatuto da Segurança Privada; intervalo intrajornada; cumprimento das regras contratuais por parte dos bancos como reajustes e reequilíbrio; preço inexequível; data-base da categoria profissional, entre outros. A Fenavist protocolou na FEBRABAN as principais reivindicações apontadas pelas empresas na relação contratual com os bancos e um novo encontro será agendado para dar sequência às negociações entre as duas entidades.

Fenavist discuste discriminação com a Secretaria de Igualdade Racial

O presidente da Fenavist, Odair Conceição, participou, no dia 6 de julho, de reunião na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República a convite da ministra Luiza Bairros. Na oportunidade, ele foi recebido pelos senhores Marcos Willian e Edson Lopes, que expressaram a vontade da Secretaria em firmar parceria com a Fenavist para combater práticas discriminatórias que na atividade de Segurança Privada. Os representantes do governo evidenciaram problemas com profissionais do setor que atuam em shoppings, bancos, supermercados, entre outros. O presidente da Fenavist, Odair, ressaltou que os empresários do segmento não compactuam com qualquer tipo de discriminação. Lembrou ainda algumas ações positivas praticadas pelas empresas, como, por exemplo, os fortes investimentos em capacitação dos colaboradores. Odair Conceição colocou ainda a Fenavist à disposição da Secretaria para todas as ações que se fizerem necessárias para fortalecer o combate a qualquer tipo de preconceito e propôs que aquela Secretaria desenvolvesse, em conjunto com a Fenavist, ABCFAV, CNTV e Polícia Federal, uma cartilha a ser distribuída a todos os vigilantes e usuários de shoppings, bancos, indústrias, repartições públicas, entre outras, sobre o tema e que, da mesma forma, promovessem seminários pelo Brasil, abordando esse assunto.

Fenavist participa do 7º encontro de multiplicadores do SEGS/CNC

O 7º Encontro de Multiplicadores do Sistema de Excelência em Gestão Sindical (SEGS), realizado nos dias 15 e 16 de março de 2011, reuniu representantes das 34 federações filiadas à Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), para dar início às atividades do ciclo 2011. No evento, os multiplicadores apresentaram os resultados atingidos nos ciclos anteriores e compartilharam dificuldades e soluções encontradas durante o desenvolvimento dos trabalhos do ciclo 2010. No encontro, os multiplicadores concluíram os agendamentos das atividades do ano juntamente com os assessores do Departamento de Planejamento da CNC (Deplan).

Nova Exigência para Participar de Licitação Lei nº 12.440/11 cria a CNDT

O objetivo da CNDT é verificar se há ou não débitos trabalhistas sendo executados contra empresas ou pessoa física e, no caso de empresas, essa verificação é extensiva a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais

Dra. Cely Sousa Soares
Ope Legis Consultoria Empresarial

A Consolidação do Trabalho sofreu recentemente alterações introduzidas pela Lei n° 12.440/11, além de outras tantas, passando a ter um novo Título VII-A, que trata da prova de inexistência de débitos trabalhistas, prevendo no art. 642-A a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Exigências de expedições de certidões negativas são comuns em alguns ramos do Direito, mas agora incluem também o Direito do Trabalho.

O objetivo da CNDT é verificar se há ou não débitos trabalhistas sendo executados contra empresas ou pessoa física e, no caso de empresas, essa verificação é extensiva a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais.

Segundo essa nova lei, a CNDT será expedida gratuitamente e de forma eletrônica, provavelmente em breve o site do Tribunal Regional do Trabalho a disponibilizará aos interessados.

A lei também trouxe previsão de duas hipóteses em que não será obtida a certidão.

A primeira quando constar em nome da pessoa física ou jurídica obrigação não paga decorrente de sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos homologados pela Justiça do Trabalho, incluindo débitos previdenciários, honorários advocatícios, custas, emolumentos ou recolhimentos determinados em lei.

E a segunda hipótese é quando as obrigações decorrentes de execução de acordos entabulados pelo Ministério Público do Trabalho ou pela Comissão de Conciliação Prévia não forem pagas.

Além disso, a nova lei trouxe a previsão da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com efeito de negativa, como ocorre na Receita Federal, mas somente será expedido esse tipo de certidão quando houver débitos trabalhistas que estejam garantidos por penhora de bens suficiente para garantir a dívida, ou quando os débitos estiverem com a exigibilidade suspensa.

Quanto ao prazo de validade da CNDT, a lei o fixou em 180 (cento e oitenta) dias, que serão contados da data de sua emissão.

O destaque maior dessa nova lei é para a alteração introduzida no art. 29 da Lei de Licitações, que passou a exigir na fase de habilitação dos interessados em participar do certame como prova da regularidade trabalhista da empresa a ser contratada pelo Estado também a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Essa exigência será daqui a seis meses, mas os interessados deverão de qualquer forma estar atentos, para, a partir desse prazo, não sofrerem restrições de direitos, especialmente de participarem de licitações públicas pela falta da apresentação dessa certidão.

Fenavist

Quem é?

Conheça nossa Sede

Venha nos visitar

ABCFAV realiza 1º Encontro Nacional de Curso de Formação

Evento reuniu cerca de 150 pessoas e discutiu assuntos que visam melhorar a atuação dos cursos de formação

A Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), visando à integração das empresas desse setor na segurança privada, independentemente de serem associadas ou não, promoveu o 1º Encontro Nacional das Escolas de Formação de Vigilantes do Brasil. O evento foi realizado no Grand Hotel Stella Maris Resort & Convention, na cidade de Salvador-BA.

A presidência do encontro ficou a cargo do presidente da ABCAFAV, coronel Francisco Lopes, e a coordenação, do vice-presidente da associação, major José Raimundo. A programação foi extensa, considerando que houve apenas dois dias de trabalho.

O coronel Francisco, responsável pela abertura do evento, em seguida passou a palavra para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boaventura, que falou sobre os desafios da Segurança Privada na visão dos trabalhadores.

O presidente da Mezzo Planejamento, Calil Buainain Jr., acompanhado por Vitor Moriyana, apresentou as mudanças e avanços que a implantação do GESP II trará para as escolas. Já o então coordenador-geral da Segurança Privada, Adelar Anderle, palestrou sobre a preparação das Empresas de Segurança Privada e Escolas de Formação para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Os trabalhos do primeiro dia foram encerrados por um coquetel que contou com a presença do presidente da Fenavist, Odair Conceição, e de muitos empresários do setor, além do presidente do Sindesp/BA, Lauro Santana, dos diretores do Sindesp-BA e vice-presidentes da Fenavist Paulo Cruz e Jaldo Mendes, entre muitos outros convidados.

Foto:Divulgação ABCFAV

O presidente da Fenavist, Odair Conceição, foi um dos palestrantes do encontro

A entidade aproveitou o ensejo para prestar uma homenagem póstuma a um dos grandes pioneiros da atividade de Segurança Privada da Bahia e do Brasil, o empresário Edson Cabral Ribeiro, falecido no ano de 2010. E o fez com a entrega de uma comenda à sua esposa Rosemary Ramos Ribeiro e a seu filho Fábio Ramos Ribeiro, os quais, emocionados, receberam a homenagem e agradeceram.

O segundo dia teve início com a palestra do diretor da Escola Forbin-RJ e autor de vários livros, José Elder de Souza Andrade. Ele focou as discussões no tema: A Essência do Treinamento de Vigilantes para Megaeventos. Em seguida, o presidente da Fenavist, Odair Conceição, falou sobre os Projetos de Lei que afetam a Segurança Privada no País e que estão em andamento no Congresso Nacional. Conceição aproveitou para renovar a confiança no segmento de Escolas, tão importante para a atividade.

Participação em massa – Compareceram ao evento representantes de 60 escolas de quase todos os estados, do Acre ao Rio Grande do Sul. Somando-se os acompanhantes, o evento reuniu cerca de 150 pessoas.

Além das questões técnicas discutidas, o Encontro também contribuiu para o intercâmbio de ideias, tendo em vista que a grande maioria não se conhecia, alguns apenas por telefone, outros por meio eletrônico e muitos de nenhuma maneira. A integração foi espontânea e, à primeira vista, ficou a demonstração de que todos ansiavam por essa oportunidade.

Para consolidar o evento, foi escrita e aprovada a CARTA DE SALVADOR, enviada às autoridades do segmento, em que constam os compromissos e anseios das escolas e academias do Brasil, responsáveis pelo treinamento inicial no Curso de Formação, acompanhamento nas reciclagens, assim como o aprofundamento nos cursos de extensão.

Foto: Ascom Fenavist

Diretoria eleita para o quadriênio 2011/2015

Odair Conceição é reconduzido à presidência da Fenavist

Empresário baiano reeleito comanda a Federação até 2015

A eleição aconteceu no dia 9 de maio de 2011, em Brasília. A chapa Fenavist em Ação, encabeçada pelo empresário Odair Conceição, saiu vitoriosa da disputa após receber o voto de todos os presentes. Assim, Conceição é reconduzido ao posto de presidente e ficará à frente da Federação até 8 de junho de 2015.

Odair já havia sido eleito em 22 de maio de 2010. No entanto, a vitória foi contestada na Justiça pela chapa União, presidida pelo empresário de São Paulo, José Adir Loiola. Após várias medidas cautelares, liminares e mandados de segurança, e visando dar um fim à questão, o desembargador federal do Trabalho, Mario Macedo Fernandes Caron, determinou uma nova eleição, em que todos os sindicatos, com registro ou não no Sicomércio, puderam votar e ser votados.

Os reclamantes, entretanto, não se apresentaram para o novo pleito. Dessa forma, com 52 votos favoráveis à chapa Fenavist em Ação, voltou a vencer a eleição da diretoria da Fenavist. Assim, Odair Conceição terá a oportunidade de dar continuidade ao excelente trabalho iniciado no ano passado e que já rendeu bons frutos ao segmento, como, por exemplo, a participação da Segurança Privada nos jogos amistosos da Seleção Brasileira de Futebol, a conquista da certificação ISO 9001:2008 e a atualização quase imediata da tabela de formação de preços da atividade de Segurança Privada por parte do Ministério do Planejamento, entre outros.

A nova diretoria da Fenavist também continuará trabalhando de forma incansável pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada, assim como dará prosseguimento às discussões acerca do adicional de 30% e lutará pelo fim do tabelamento de preços na atividade. Além desses assuntos, dezenas de propostas apresentadas durante o processo eleitoral foram ratificadas e serão executadas pela diretoria eleita, juntamente com outros projetos apresentados pelos demais membros da diretoria.

Diplomação – Os diretores eleitos iniciaram o novo mandato nos dias 8 e 9 de junho de 2011. Durante reunião de diretoria em Aracaju-SE, foram festivamente diplomados.

Com os novos diretores

(Mandato 09 de junho de 2011 a 08 de junho de 2015)

Presidente - Odair de Jesus Conceição
Vice-Presidente Nacional - Jeferson Furlan Nazário
Vice-Presidente Nacional Adjunto - Ricardo Roland Rocha
Vice-Presidente para Assuntos de Secretaria - Lauro Santana Silva
Vice-Presidente para Assuntos de Secretaria Adjunto - Paulo Roberto da Cruz Azevedo
Vice-Presidente para Assuntos Financeiros - Leonardo Ottoni Vieira
Vice-Presidente para Assuntos Financeiros Adjunto - Mauro Freire de Carvalho Oliveira
Vice-Presidente para Assuntos Sociais - Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
Vice-Presidente para Assuntos Sociais Adjunto - Shirley de Medeiros Braulino
Vice-Presidente para Assuntos Jurídicos e Institucionais - Salmen Kamal Ghazale
Vice-Presidente para Assuntos Jurídicos e Institucionais Adjunto - Pedro Cruz de Souza
Vice-Presidente para Assuntos de Planejamento - Lélio Vieira Carneiro
Vice-Presidente para Assuntos de Planejamento Adjunto - Gutemberg Araujo Lima
Vice-Presidente para Assuntos de Mercado - Wilson da Costa Ritto Filho
Vice-Presidente para Assuntos de Mercado Adjunto - Franciele Nazário Vieira
Vice-Presidente para Assuntos de Transporte de Valores - Ivan Hermano Filho
Vice-Presidente para Assuntos de Transporte de Valores Adjunto - Ivan Hermano
Vice-Presidente para Assuntos de Cursos de Formação - Francisco Lopes
Vice-Presidente para Assuntos de Cursos de Formação Adjunto - José Raimundo Salles de Oliveira
Vice-Presidente para Assuntos de Segurança Eletrônica - Leonardo Cavalcanti Prudente
Vice-Presidente para Assuntos de Segurança Eletrônica Adjunto - Orlando Lamounier Paraíso Júnior
Vice-Presidente para Assuntos de Ética Profissional - José Helder de Souza Andrade
Vice-Presidente para Assuntos de Ética Profissional Adjunto - Patrocínio Valverde de Morais Neto
Vice-Presidente para Assuntos de Relações Internacionais e Ações Políticas - Edson da Silva Torres
Vice-Presidente para Assuntos de Relações Internacionais e Ações Políticas Adjunto - Adriana Aparecida de Quadros
Vice-Presidente para Assuntos de Normas e Regulamentos - Antônio Vasco Pereira Filho
Vice-Presidente para Assuntos de Normas e Regulamentos Adjunto - Iana Gizelle de Freitas Chaves
Vice-Presidente para Assuntos de Representação Classista Institucional - Lélio Vieira Carneiro
Vice-Presidente para Assuntos de Representação Classista Institucional Adjunto - Carmen Suzana Menezes Santana Silva
Vice-Presidente para Assuntos de Qualidade e Modernização - Victor Saeta de Aguiar
Vice-Presidente para Assuntos de Qualidade e Modernização Adjunto - Jaldo Machado Mendes
Vice-Presidente para Assuntos de Relações Intersindicais - Sebastião Divino de Souza
Vice-Presidente para Assuntos de Relações Intersindicais Adjunto - Márcia Alves de Paiva Torres
Vice-Presidente para Assuntos de Escolta Armada - José Elcino Rodrigues Bueno
Vice-Presidente para Assuntos de Escolta Armada Adjunto - Marcus Antonio da Silva Guidio
Vice-Presidente para Assuntos de Segurança Pessoal - Ernani Luiz de Miranda
Vice-Presidente para Assuntos de Segurança Pessoal Adjunto - Odílio de Franca Filho
Vice-Presidente para Assuntos da Região Norte - Renê Rodrigues de Mendonça Filho
Vice-Presidente para Assuntos da Região Norte Adjunto - Joseph Ribamar Madeira
Vice-Presidente para Assuntos da Região Nordeste - José Rossini Araújo Braulino
Vice-Presidente para Assuntos da Região Nordeste Adjunto - Francisco Schubert Martins Costa
Vice-Presidente para Assuntos da Região Centro-Oeste - Irenaldo Pereira Lima
Vice-Presidente para Assuntos da Região Centro-Oeste Adjunto - Fabrício Leandro de Souza
Vice-Presidente para Assuntos da Região Sudeste - Manoel dos Anjos Almeida
Vice-Presidente para Assuntos da Região Sudeste Adjunto - Nilson Villa Verde Coelho de Magalhães
Vice-Presidente para Assuntos da Região Sul - Sandro Mauricio Smaniotto
Vice-Presidente para Assuntos da Região Sul Adjunto - Rogério Bueno de Queirós
Conselheiro Fiscal - Luiz Alfonso Fregulia
Conselheiro Fiscal - Carmo Camargo
Conselheiro Fiscal - Ruy Barbosa Baptista Júnior
Conselheiro Fiscal Adjunto - André Luiz Costa Machado
Conselheiro Fiscal Adjunto - Odailton José de Souza
Conselheiro Fiscal Adjunto - Livino Rodrigues de Queiroz Júnior
Delegado Representante junto à CNC - Odair de Jesus Conceição
Delegado Representante junto à CNC - Jeferson Furlan Nazário
Delegado Representante junto à CNC Adjunto - Salmen Kamal Ghazale
Delegado Representante junto à CNC Adjunto - Edson da Silva Torres
Conselho Nacional do SESC - Lélio Vieira Carneiro
Conselho Nacional do SESC Suplente - Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
Conselho Nacional do SENAC - Leonardo Ottoni Vieira
Conselho Nacional do SENAC Suplente - Sandro Mauricio Smaniotto

Foto:Ascom Fenavist

Presidente da Fenavist, Odair Conceição, participa de audiência com o ex-ministro do Trabalho, Carlos Lupi

Primeiro ano da Gestão Odair Conceição termina com grandes conquistas

Certificação ISO 9001, participação da Segurança Privada nos jogos amistosos da Seleção Brasileira de Futebol e atualização quase imediata da Tabela do Ministério do Planejamento estão entre as conquistas

Desde que assumiu a presidência da Fenavist em 23 de junho de 2010, em substituição ao empresário paranaense Jerfferson Simões, Odair Conceição tem trabalhado ao lado dos novos diretores de forma incansável pelo desenvolvimento do setor. Propostas apresentadas quando da formação da chapa foram ratificadas e a gestão pelo fim do tabelamento do Ministério do Planejamento e aprovação do Estatuto da Segurança estão em evidência.

Um dos principais problemas enfrentados pelo segmento de Segurança Privada há vários anos, o tabelamento imposto para os contratos entre empresas e órgãos públicos pelo Ministério do Planejamento, tem sido enfrentado com afinco pela Fenavist.

Logo após assumir, Odair Conceição, juntamente com membros da diretoria, participou de uma série de reuniões com representantes do ministério. Em muitos desses encontros contou com o apoio de parlamentares amigos do setor, como o deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Em virtude dos fortes argumentos apresentados nas várias audiências, o presidente da Fenavist ouviu a promessa de que a Secretaria de Logística irá analisar a proposta do fim definitivo da tabela. Enquanto a decisão final não sai, a Federação conseguiu que muitas das sugestões de mudança na metodologia de cálculo apresentadas pela entidade fossem aprovadas. Encargos sociais passaram a ser mensurados na composição da tabela do ministério de forma mais condizente com a realidade, tendo como base de cálculo a remuneração e não mais o piso salarial. Também o intervalo intrajornada passou a ser levado em conta na formação dos preços para todas as escalas de serviço e não mais apenas na escala 12X36 diurna, havendo as planilhas de postos de serviços nas escalas 12x36 diurno, 12x36 noturno e 44 horas semanais com e sem o intervalo intrajornada.

Além disso, algumas portarias com os novos valores já estão sendo publicadas, com até trinta dias após o registro da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) pelo site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e no ano de 2011 todas as revisões de preços foram realizadas até o último mês de julho de 2011, o que constitui um grande avanço, já que a atividade passou 1, 2 ou até 3 anos sem ter seus preços revisados, com prejuízos irreparáveis para todos. E, como resultado prático desse trabalho, a Fenavist assegurou com suas ações os seguintes reajustes médios em 2011:

Foto:Ascom Fenavist

Presidente e diretores da Fenavist participam de audiência no Ministério do Planejamento

REGIÃO DO PAÍS	Posto 12 x 36 Diurno	Posto 12 x 36 Noturno	Posto 44 Horas	Média Geral
Média Região Sudeste	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Média Região Sul	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Média Região Centro-Oeste	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Média Região Nordeste	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Média Região Norte	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Média Nacional	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Legislação – Outro tema bastante debatido nos 12 primeiros meses de gestão foi o Estatuto da Segurança Privada. Desde a apresentação do relatório do relator da matéria na Comissão Especial de Segurança Privada, deputado Professor Sétimo (PMDB-MA), que apresentou pontos bastante divergentes com o apresentado pelas partes interessadas do segmento, além de prejudiciais à atividade, a Fenavist tem trabalhado para mudar a situação e ver aprovada em um curto espaço de tempo essa nova legislação que transformará para sempre a atividade.

Dessa forma, Odair Conceição, juntamente com sua diretoria, promoveu diversas reuniões com parlamentares e com o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviços (CNTV), José Boaventura. O representante laboral disse entender que é importante para o setor buscar o consenso. Além disso, firmou o compromisso de trabalhar em conjunto com a Fenavist

em busca de uma forma de atuação no que se refere ao parecer apresentado pelo relator, considerado por ele totalmente nocivo à atividade. Com essa definição, as duas entidades trabalharam exaustivamente na redação de uma nova minuta de texto apresentada aos parlamentares. Agora, empenham-se para que ele substitua o apresentado pelo relator.

Adicional de Periculosidade – Outro item que encabeçou a lista de prioridades da Fenavist nos últimos meses diz respeito à aprovação pelo Congresso de Projetos de Lei que venham a instituir o adicional de periculosidade no valor de 30% para todos os vigilantes.

Preocupado com mais esse ônus capaz de inviabilizar a atividade, Odair Conceição e sua diretoria têm buscado entendimentos tanto com a parte laboral, que pressiona os parlamentares pela aprovação imediata das matérias, quanto com os próprios deputados e senadores. Em audiências com os representantes do Congresso Nacional, Conceição e os diretores da Fenavist têm apresentado argumentos sólidos sobre o perigo de aprovar esses projetos de lei como eles se apresentam, já que irão gerar desemprego e custos insuportáveis para os tomadores de serviços, entre eles o próprio governo, que contrata 40% dessa atividade. Além disso, deixam claro que a Federação não é contrária, mas discorda do nome adicional de periculosidade, com a obrigatoriedade de ser pago a todos os vigilantes imediatamente após a aprovação da Lei, por isso defende o parcelamento em pelo menos 5 anos para sua concessão, como já vem sendo negociado por meio das Convenções Coletivas de Trabalho.

MTE – A Federação também participou de audiências no Ministério do Trabalho e Emprego. Entre os assuntos discutidos estavam a contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, intervalo intrajornada e capacitação dos vigilantes para os grandes eventos que o Brasil sediará.

A Fenavist também solicitou que o colete à prova de bala deixe de ser considerado Equipamento de Proteção Individual (EPI) e passe a ser classificado como Equipamento de Proteção Coletivo (EPC), a ser usado pelo vigilante em uma capa individual. Tanto o ministro quanto a representação laboral consideraram a reivindicação justa e a Fenavist está no aguardo da solução definitiva.

Discutiu-se ainda a realização de Estudo Médico da Saúde Ocupacional dos Vigilantes que trabalham na escala 12X36. A Fenavist pleiteou que as Secretarias Regionais do Trabalho, quando provocadas pelos sindicatos, fizessem perícia médica para comprovar se há prejuízo ou não na saúde do trabalhador que atua nessa escala. Isso porque até hoje não há nenhum registro oficial de que a jornada seja prejudicial. No entanto, alguns juízes têm julgado o contrário, considerando que o trabalhador tem danos à saúde, o que tem prejudicando as empresas.

Polícia Federal – A Federação manteve ainda a parceria com a Polícia Federal. Além de participar da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), na qual é uma das entidades com direito a voto, a Fenavist tem atuado como parceira na divulgação e implantação da 2ª etapa da Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP II). Trabalha ainda em parceria para buscar a aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Outra ação de grande importância desenvolvida pela Fenavist em parceria com a Polícia Federal diz respeito à preparação do segmento de Segurança Privada para a realização dos grandes eventos esportivos nos próximos anos. Com esse objetivo e, atendendo a uma determinação do Estatuto da Federação Internacional de Futebol (FIFA), que prevê que a segurança interna dos estádios seja feita por vigilantes, a Federação atuou para que a Segurança Privada já desse passos concretos para a concretização dessa meta e já atuamos em grandes partidas de futebol.

A estreia da Segurança Privada aconteceu nos jogos amistosos da Seleção Brasileira contra a Holanda e a Romênia, em Goiânia e São Paulo, nos dias 4 e 7 de julho de 2011, respectivamente. A experiência foi um sucesso e serviu para mostrar que a Segurança Privada brasileira está pronta para mais esse grande desafio.

Capacitação – No dia 17 de novembro de 2010 a Fenavist conquistou a Certificação ISO 9001:2008, confirmada no dia 21 de março deste ano após a realização da primeira auditoria externa feita pela BSI Brasil Sistemas de Gestão LTDA., empresa que representa a ISO no Brasil.

Assim, a Federação passa a integrar o seleto grupo das entidades de classe com o selo ISO 9001:2008. Para obter a certificação, foram atendidos requisitos como indicadores que medem a qualidade nos aspectos de foco no atendimento de requisitos do cliente, qualificação de fornecedores, treinamento de pessoal, abordagem por processos e abordagem sistêmica para a gestão.

A conquista da certificação reflete o excelente trabalho desenvolvido pela federação ao longo dos últimos anos, sempre em busca da profissionalização e do desenvolvimento da atividade.

Novos Produtos – A nova diretoria da Fenavist também deu continuidade ao trabalho de desenvolvimento do Boletim Estatístico do Setor. Criado no ano passado com o intuito de acompanhar a movimentação do segmento de Segurança Privada ainda mais de perto, a publicação

mensal é enviada aos sindicatos filiados à federação. O documento apresenta as informações do mês no que se refere a números de autorização de funcionamento, revisão de autorização, compra de armas e munições, armas não letais, entre outros. Os dados são extraídos de publicações oficiais pelo departamento de estatística da federação, que compila as informações, possibilitando a pesquisa por estado e região e acumulado do País. Com esse novo trabalho, a Fenavist pretende identificar de forma ainda mais rápida as tendências do mercado, bem como possibilitar que os sindicatos estaduais possam fornecer informações sempre atualizadas às empresas filiadas. O Boletim também pode ser acessado pelo *site* da federação www.fenavist.org.br

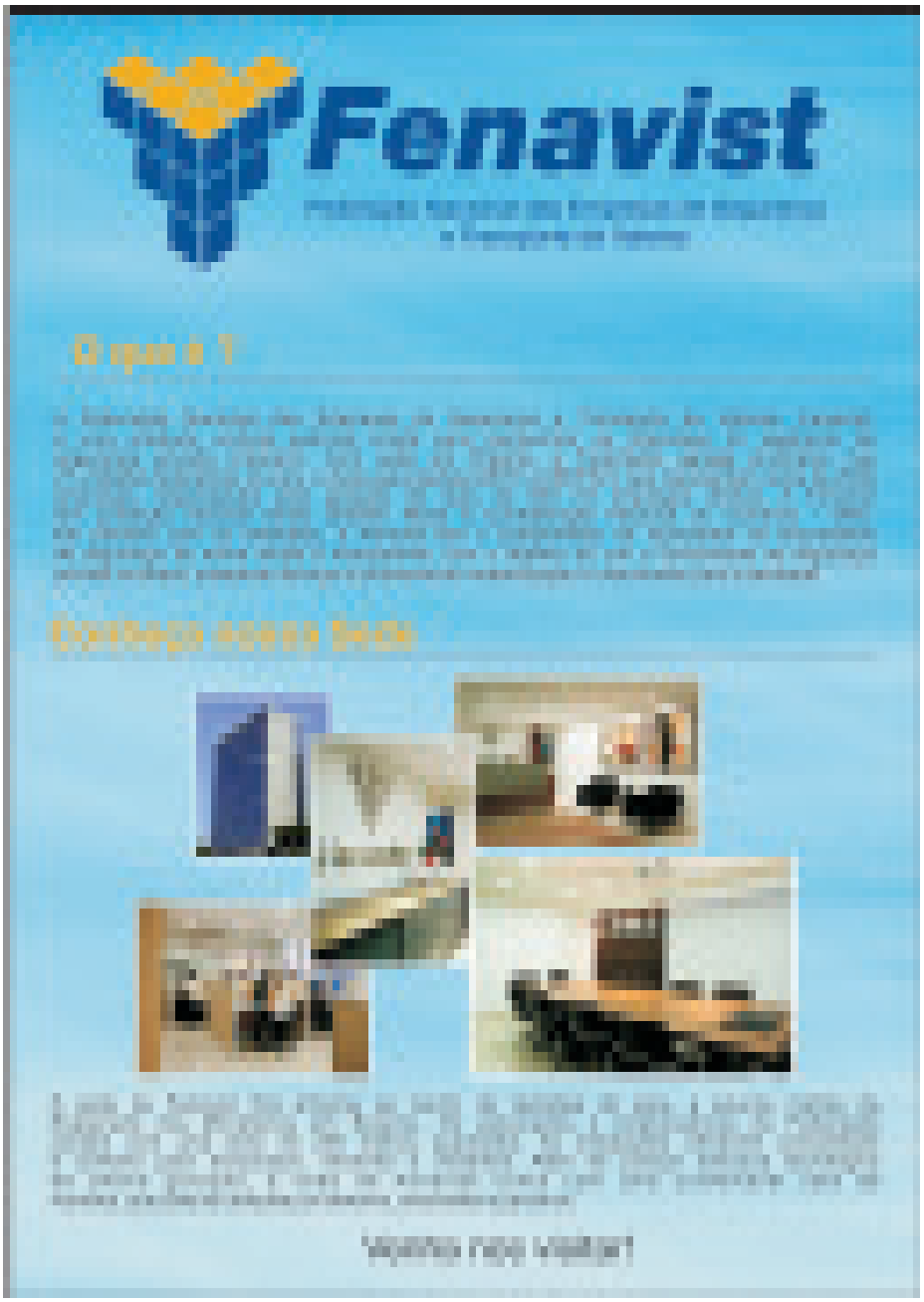
Sempre com o objetivo de consolidar a Fenavist como a grande representante do segmento de Segurança Privada, a entidade acaba de desenvolver dois novos produtos que vão auxiliar na fixação da marca perante os contratantes, órgãos reguladores e fiscalizadores, imprensa e sociedade em geral, por meio do seu vídeo institucional e de *folders* informativos.

Desenvolvido no início deste ano, o novo vídeo institucional da Federação faz uma apresentação dinâmica e ao mesmo tempo completa da Fenavist e do segmento. Com uma linguagem moderna, o vídeo permite que as pessoas se familiarizem com o segmento e com a importância da atividade. O vídeo está sendo apresentado nos eventos nacionais e internacionais de que a entidade tem participado.

Ainda visando intensificar o trabalho de divulgação da marca Fenavist, a instituição criou um *folder* que, além de trazer informações institucionais, também fala sobre a importância das contribuições sindical e confederativa para a manutenção do segmento.

Os interessados em ter acesso ao vídeo institucional ou ao *folder* de divulgação da Fenavist devem entrar em contato com a Federação pelo telefone 61 3327-5440 ou pelo e-mail fenavist@fenavist.org.br

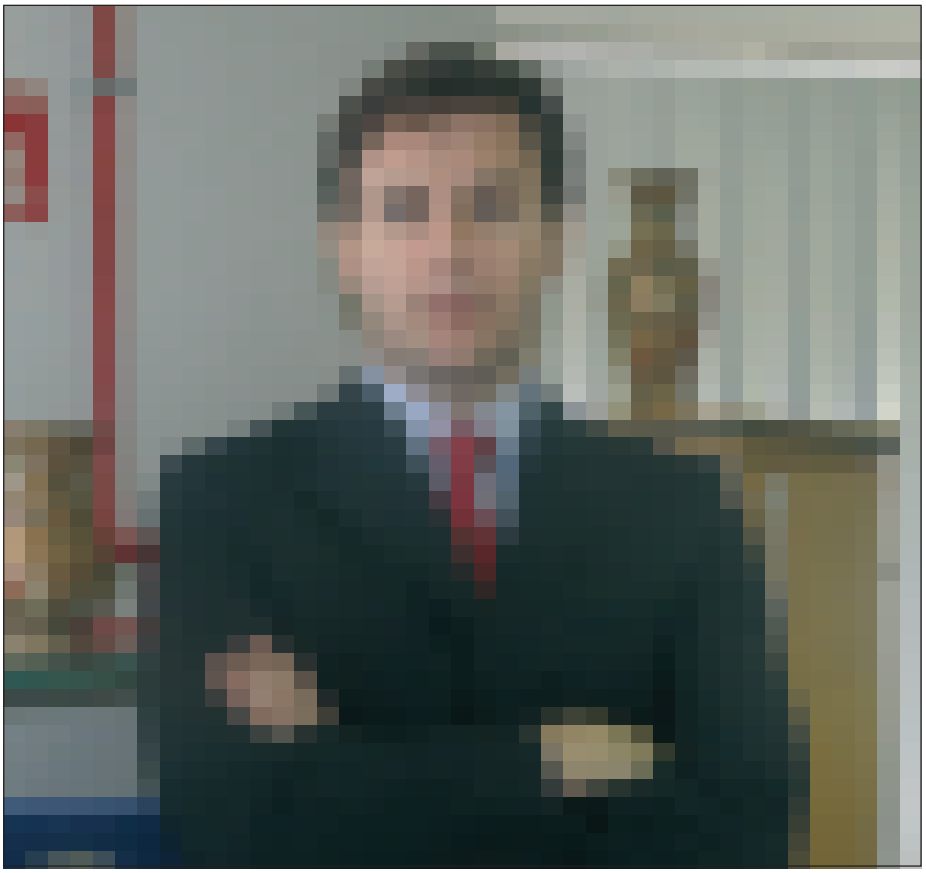
Eventos – Visando apresentar à comunidade de Segurança Privada os principais acontecimentos no Brasil e no Mundo sobre a atividade e outros temas, a Fenavist está organizando, em conjunto com o Instituto João Havelange, o evento denominado SECCUREX (www.seccurex.com.br), que abordará temas ligados aos grandes eventos que o Brasil sediará, principalmente a Copa do Mundo de Futebol de 2014, no período de 19 a 21 de março de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e conseguiu aprovar na Federação Panamericana de Segurança Privada (FEPASEP) que o Brasil sedie o X Congresso Panamericano de Segurança em 2012 e também trabalha para que em 2014 o Brasil sedie o VI Congresso Mundial de Segurança.



Dr. Clyton Eustaquio Xavier

Com experiência no combate ao crime organizado e na divisão de Direitos Humanos, o Delegado Clyton Eustaquio Xavier assumiu a CGCSP. O novo coordenador-geral afirma que as portas continuarão abertas a todos que desejarem conversar e discutir questões ligadas ao setor

Fotos:Ascom Fenavist



Dr. Clyton, gostaríamos de iniciar a entrevista agradecendo a oportunidade e o tempo que está dispensando à Revista FENAVIST. Para começar, o Senhor poderia fazer um breve relato de sua carreira dentro da Polícia Federal?

Antes de responder aos questionamentos propostos, gostaria de agradecer o apoio recebido desta e de outras entidades representativas de classe, nesse novo desafio profissional por mim assumido, e parabenizar a Fenavist pela iniciativa de proporcionar aos seus filiados e ao público em geral do segmento da atividade de Segurança Privada conhecer um pouco das ideias e metas da nova gestão da CGCSP. Pois bem, em um breve histórico de minha carreira, após dois anos de efetivo exercício da advocacia em Minas Gerais, fui aprovado no concurso público de 1997 da Polícia Federal, tendo iniciado o trabalho de delegado de Polícia Federal em janeiro de 1999, na Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, aos vinte e seis anos de idade, após ter feito o curso de formação na Academia Nacional de Polícia em Brasília-DF no segundo semestre de 2008. Logo nos primeiros meses de trabalho, assumi a chefia do Núcleo de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras da Delegacia de Foz do Iguaçu, tendo permanecido durante três anos e meio nessa função, responsável pelo controle de imigração, vasta área administrativa, cuja atividade eu acumulava com as atribuições normais de polícia judiciária, na presidência de inquéritos policiais e na formalização de prisões em flagrantes de pessoas que praticavam os mais variados crimes federais. Essa experiência agregou valores tanto em minha vida pessoal como na profissional, em face das adversidades e da complexidade dos trabalhos e dos problemas existentes naquela importante região fronteiriça. A partir daí, trabalhei na Delegacia de Polícia Federal em Uberlândia nos anos de 2003 e 2004. Em 2005 e 2006 tive a oportunidade de chefiar o Serviço de Proteção ao Depoente Especial (testemunhas e réus colaboradores) e a Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal em Brasília/DF, havendo também participado de diversos seminários e congressos, especialmente sobre a repressão à pornografia infanto-juvenil por meio da Internet e ao tráfico internacional de seres humanos. Durante esse período, participei do 1º Curso de Planejamento Operacional pela ANP, atuando desde então no planejamento e coordenação de grandes operações policiais em todo o território nacional. Nessa época, lecionei na Academia Nacional de Polícia na Capital Federal, na disciplina de Prática Jurídico-Administrativa, aos alunos do Curso de Formação de Delegado de Polícia Federal. No ano de 2007 fui nomeado delegado regional executivo da Superintendência Regional no Maranhão,

passando no ano de 2008 a ocupar o cargo de corregedor regional de Polícia da Superintendência Regional em Pernambuco. Já no ano seguinte, fui convidado e assumi a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado no Rio de Janeiro, onde permaneci durante dois anos e meio, atuando na gestão e coordenação de operações policiais voltadas para repressão ao tráfico ilícito de armas e drogas, além do combate aos crimes financeiros e de corrupção.

Como o Senhor chegou à Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP)?

Em virtude desse histórico profissional e da experiência angariada durante esses anos, tanto na área policial como na administrativa, o diretor-executivo formalizou convite para que eu assumisse a CGCSP, com a anuência do diretor-geral, na sucessão natural do então coordenador-geral, que já estava há bastante tempo no cargo. Encarei essa nova etapa como um verdadeiro desafio, encorajado sobretudo pela excelente equipe de policiais e servidores administrativos que compõem a CGCSP, pessoas isentas, confiáveis e que têm grande capacidade técnica para lidar com questões afetas à segurança privada. Por isso mantive a equipe intacta e envidarei esforços perante a direção-geral para aumentar o efetivo, visando garantir a celeridade na apreciação dos procedimentos, em razão do constante aumento da demanda.

Antes de assumir a CGCSP o Senhor, entre outras funções, esteve à frente da Divisão de Direitos Humanos e da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado da PF no Rio de Janeiro. O que Senhor pode usar da experiência desses trabalhos na gestão que irá fazer na Coordenação-Geral?

Tenho convicção de que toda experiência policial e administrativa, traduzida na vivência de situações que surgem em nosso cotidiano profissional, a exemplo de enfrentamento de questões controvertidas, polêmicas, a solução de problemas internos, com a gestão de pessoal, mediante aplicação dos conceitos técnicos de liderança e de outras bases científicas, bem como o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe, contribui positivamente em novas etapas profissionais. O exercício de chefias em minha carreira permitiu-me aprender com os erros e a buscar o espírito de grupo, tendo sempre em mente que além da observância dos princípios que regem a Administração Pública, notadamente a legalidade e a moralidade, deve-se pautar a gestão também pelo bom-senso e pela busca da justiça no caso concreto. Nessas duas funções citadas, tive a grata oportunidade de liderar pessoas e gerenciar fatos complexos, além de ter mantido o diálogo com outras entidades públicas e privadas, na busca de boa prestação de serviço à sociedade.

"O diálogo com todos os segmentos é essencial para o fortalecimento da atividade, que reconhecidamente gera empregos, fomenta a economia e protege a sociedade"

Antes de o Senhor assumir a CGCSP esteve sob o comando do Dr. Adelar Anderle por um longo período. A gestão do Dr. Adelar foi bastante elogiada por todas as partes ligadas ao segmento, já que ele sempre trabalhou com base no diálogo entres as três principais: PF, empresas e trabalhadores. Como será sua gestão? Pretende manter o diálogo?

O Dr. Adelar Anderle é uma referência profissional para todos nós, principalmente por ser um profundo conhecedor da matéria e um gestor de excelência da atividade de Segurança Privada no Brasil. Sua Administração tem o reconhecimento não só do público externo – lideranças políticas, empresas, entidades de classe, trabalhadores, etc. – mas também da própria Administração da Polícia Federal pelos feitos conquistados e pela credibilidade alcançada na atividade ao longo desses anos. O diálogo com todos os segmentos é essencial para o fortalecimento da atividade, que reconhecidamente gera empregos, fomenta a economia e protege a sociedade, a partir do momento em que entendemos ser uma atividade complementar à segurança pública. Por isso é que tenho dito em todos os fóruns que as "portas continuarão abertas" a todos que desejarem conversar e discutir questões ligadas ao setor. Antes de assumir o cargo, tive o privilégio de realizar uma transição de chefia durante um mês com o Dr. Adelar Anderle, o que foi bastante producente, ao tempo em que pude compreender aspectos que vão além da letra fria da legislação, como a

busca da viabilidade econômica dos empreendimentos, a saúde do mercado, o respeito à base estrutural do modelo atual de segurança privada, os legítimos anseios da categoria dos trabalhadores, o equilíbrio que se deve pautar entre as classes laborais e empresariais, além de ter me inteirado das conquistas até então realizadas e dos projetos que estão em tramitação nesta CGCSP.

O Senhor assume em meio à implantação da segunda etapa da Gestão Eletrônica da Gestão da Segurança Privada (GESP II). Como pretende trabalhar essa questão?

Esse é um projeto que não pode parar nem retroceder. Tenho ouvido que no início foi muito complicado para as empresas se adequarem, até pelos problemas técnicos que se apresentavam, mas com a melhoria do sistema e o manuseio correto de suas ferramentas, hoje essa tecnologia já está sedimentada e é um orgulho para todos nós, porque sei que estamos no caminho certo para prestar cada vez mais um bom serviço ao público. O cronograma de informatização de outros procedimentos de segurança privada vem sendo cumprido, e tenho certeza de que a direção-geral da PF irá apoiar esse projeto até a sua conclusão, mesmo porque ele é um sucesso em termos de agilidade, maior controle estatal no que tange à pesquisa de dados e de incremento da fiscalização da clandestinidade, permitindo às empresas honrar seus compromissos com celeridade e confiabilidade.

O Estatuto da Segurança é outra questão importante que ainda está em aberto. É consenso entre todos que é necessário alterar a Lei 7.102/83, que rege o setor. A CGCSP encabeçou essa luta nos últimos anos. A aprovação do Estatuto está entre as prioridades do Senhor?

Com certeza esse projeto não deve ficar adormecido, tanto que nesses dois meses em que estou na CGCSP, incluindo o período de transição, já tivemos várias reuniões internas e externas com o Ministério da Justiça, sobre a finalização do texto do Estatuto da Segurança Privada. A legislação precisa ser atualizada e readequada à realidade hoje vivida pelo setor. Os meios tecnológicos não podem ser preteridos. Temos consciência de que eventuais recursos tecnológicos a serem permitidos e implementados na atividade não irão restringir a geração de emprego. Ao contrário, servirão para dar mais garantia e proteção tanto aos profissionais da área como ao próprio cidadão usuário dos serviços de segurança privada. A CGCSP, a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) e as entidades de classe empresarial e laboral construíram ao longo desses anos um modelo do Estatuto de Segurança Privada que viabiliza a implementação de mais tecnologia, aquece o mercado, permite a geração de mais empregos no setor e garante à Polícia Federal a utilização eficiente de mais instrumentos para fiscalizar e reprimir a clandestinidade na atividade, fortalecendo as empresas e os trabalhadores, além de dar mais segurança ao patrimônio, às pessoas e à nossa moeda nacional.

> **“A legislação precisa ser atualizada e readequada à realidade hoje vivida pelo setor. “**

O combate à clandestinidade é outro ponto bastante preocupante dentro do segmento. A PF há uns dois anos deu início à operação Varredura, que visava, além de punir as empresas clandestinas, orientar os tomadores de serviço. O Senhor pretende fazer algo nesse sentido?

Reconhecemos que temos muito a melhorar na fiscalização. Temos recebido de várias empresas, entidades e trabalhadores reclamações de atuação clandestina no mercado. O assunto é recorrente e merece nossa maior atenção, razão pela qual o trataremos com prioridade. Já estamos traçando várias ações e estratégias para melhorarmos a fiscalização e, com certeza, o resultado virá em breve. Uma delas é retomar, tão logo seja viável, a operação Varredura. Outra medida é a capacitação e o treinamento contínuo de nosso efetivo das DELESPs e CVs, além de outras providências internas que certamente irão contribuir para a diminuição da clandestinidade.

O Senhor assumiu a CGCSP há pouco tempo. Já havia tido algum contato com o setor antes? Qual a sua visão da atividade?

Na condição de delegado regional executivo, pude acompanhar de perto a atuação da DELESP/MA. Penso que esse serviço deve ser visto pela Administração - tanto Regional como Geral, também como uma atividade-fim da Polícia Federal, em função de sua importância no contexto social e econômico de nosso País. O poder de regulação, fiscalização e controle da atividade nos impõe muita responsabilidade para com a nação, já que se trata de um mercado econômico pujante e da manutenção de milhares de empregos. Temos consciência de nossa responsabilidade e por isso as decisões serão tomadas sobretudo com base no bom-senso e na busca do equilíbrio dos polos, ouvindo sempre os segmentos interessados, bem como levando o assunto à CCASP, quando for o caso de maior amplitude, para que não haja deliberações prejudiciais nem injustas. As discussões críticas, sugestões, interpretações e ponderações serão sempre bem-vindas para se buscar um entendimento sobre determinado ponto, ainda que o assunto seja polêmico e controvertido.

Quais são os principais objetivos da Coordenação-Geral para os próximos anos?

Os objetivos são levar adiante esses projetos, notadamente a informatização completa dos demais procedimentos do GESP, bem como lutar pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada, os quais permitirão à Polícia Federal utilizar

instrumentos mais eficazes para a repressão da clandestinidade e o maior controle da atividade, com o objetivo de fortalecer o setor em prol do poder público, dos trabalhadores, das entidades de classe e das empresas. Enquanto isso, adotaremos medidas pontuais para aprimorarmos os normativos vigentes, resguardando a segurança jurídica do segmento, além de melhorar o potencial das DELESPs e CVs, para que as fiscalizações possam ser realizadas a contento.

O Senhor já teve a oportunidade de participar de uma reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP), correto? Qual sua opinião sobre esse fórum de discussão? Conhece outros colegiados com a mesma função? Qual sua importância? Pretende fazer alguma mudança no modelo da CCASP?

Estou convencido de que a CCASP é a maior expressão de democracia dentro da CGCSP, dado o espírito de liberdade de discussão e de manifestação de seus membros. De fato participei da última reunião e sinceramente fiquei muito orgulhoso de fazer parte desse fórum, tendo em vista a maneira com que todos os componentes tratam o assunto, com seriedade e respeito. As discussões e polêmicas são naturais e sempre existirão, até porque a Comissão Consultiva foi criada em virtude dessa adversidade de entendimentos e de situações fáticas. A CCASP é não só importante mas também essencial à tomada de decisões no âmbito da Segurança Privada no Brasil. Quando estive lotado em Brasília, na Divisão de Direitos Humanos, participei de outros conselhos e penso que a discussão colegiada fortalece as instituições e as ações, refletindo a exposição de ideias e a tomada de decisões com mais segurança e responsabilidade. O modelo da CCASP está excelente, já que todos se sentem à vontade para manifestar suas opiniões, sentem-se valorizados em suas atuações, e o procedimento legal vem sendo fielmente observado no julgamento dos processos punitivos. Obviamente que o aperfeiçoamento e aprimoramento dos meios surgem naturalmente, mas eventuais mudanças de forma serão discutidas no próprio fórum, para que haja um bom entendimento ou talvez uma decisão consensual.

A Copa do Mundo de 2014 será realizada no Brasil e, de acordo com estatuto da Federação Internacional de Futebol (FIFA), a segurança interna dos estádios deve ser feita por vigilantes. Como a PF pretende tratar essa questão? Vai mudar a grade curricular dos cursos de formação para adaptar os profissionais à nova realidade, por exemplo, diante da consideração de que, antes da Copa do Mundo, teremos a Copa das Confederações e, após o mundial, também a Copa América e os Jogos Olímpicos de 2016?

O modelo integrado de segurança, formado por agentes de segurança pública e também privada, é utilizado quando a FIFA detém o mando de campo e, como promotora do evento, é responsável pela segurança das pessoas e do patrimônio no complexo do estádio de futebol. Nos estádios esportivos da Europa o modelo vem sendo empregado há mais tempo e dando certo. No Brasil, essa nova roupagem foi empregada nos dois últimos amistosos realizados pela Seleção Brasileira de Futebol, em junho deste ano, nas cidades de Goiânia e São Paulo, e foi considerada um sucesso. Os vigilantes e as empresas cumpriram seu papel com mestria, com a aplicação do conceito de "mãos limpas", proporcionando um ambiente seguro, tranquilo, confortável e harmonioso para os espectadores e organizadores. Estamos em negociação para implantar meios tecnológicos que facilitarão o controle da atividade nesse tipo de evento. Além disso, aperfeiçoaremos as normas atualmente existentes, com a consequente alteração dos currículos dos cursos de formação, e envidaremos esforços para viabilizar uma atuação técnica e especializada dos vigilantes nesses eventos, permitindo às empresas fomentar a realização de seus negócios e a contratação de mais profissionais. Enfim, pretendemos criar uma nova extensão para grandes eventos até o início do próximo ano, e somente poderão trabalhar na Copa do Mundo e em outros eventos da FIFA os vigilantes que possuírem essa nova capacitação.

Como o Senhor definiria o papel das entidades de classe como a FENAVIST no desenvolvimento da Segurança Privada?

As entidades de classe desempenham um papel muito importante nesse contexto. Penso que, além de representar e defender os interesses de seus filiados, elas devem também contribuir efetivamente para o desenvolvimento da atividade de Segurança Privada, seja nas discussões do aprimoramento da legislação, seja na coleta de dados e no redirecionamento de denúncias de irregularidades e clandestinidade à Polícia Federal, auxiliando dessa forma no processo de fiscalização e controle. Não podemos olvidar que o poder público tem que estar presente e devo adotar uma atuação firme como meio de garantir a relação equânime entre as partes, pois ninguém imagina a classe empresarial forte e os trabalhadores fragilizados em suas condições de trabalho. Inversamente o raciocínio é o mesmo, pois de que adiantaria os trabalhadores estarem em posição extremamente superior e a classe empresarial em dificuldades financeiras, com um mercado fragilizado? Se assim fosse, logo a atividade de Segurança Privada entraria em colapso e todos perderiam. Por isso, o controle estatal é salutar e deve ser exercido pelo poder público com absoluta transparência e responsabilidade.

Para finalizar, fique à vontade para acrescentar algo que não tenha sido perguntado e que considere importante dizer ao segmento.

Mais uma vez gostaria de agradecer a oportunidade de expor esses pontos de vista, metas e estratégias, para a melhoria dos trabalhos de controle e de fomento da atividade de Segurança Privada no Brasil. Estamos aqui na CGCSP à disposição de todos para evoluirmos nesse processo de discussão de ideias, despidos de vaidades pessoais, em prol da melhoria do serviço público, das condições de trabalho dos vigilantes e dos demais profissionais em geral, e do fortalecimento e credibilidade do mercado. Sabemos das dificuldades, mas não seremos omissos em quaisquer aspectos e enfrentaremos os problemas imbuídos do espírito fraterno de respeito a todos e da observância de nossa legislação.

Adelar Anderle deixa a CGCSP

Desde 2006 à frente da Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada, foi responsável por várias ações que elevaram a qualidade da Segurança Privada no Brasil

Respeito a todos os que fazem parte da Segurança Privada. Foi assim que o delegado da Polícia Federal (PF), Adelar Anderle, comandou por cinco anos a Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP). O diálogo, baseado no tripé órgão regulador, empresas e trabalhadores, fez dele um grande líder que levou o segmento a grandes conquistas.

Entusiasta de uma atividade mais bem fiscalizada e regulada, no entanto menos burocrata, deu continuidade ao desenvolvimento da Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP), iniciada em gestões anteriores, mas que, sob sua batuta, se estabeleceu em definitivo.

No período em que esteve na direção da CGCSP, o delegado também se destacou por ter abraçado junto com a Fenavist a batalha pela modernização da Lei nº 7.102, de 1983. Responsável por estreitar o relacionamento com o Ministério da Justiça, Adelar também promoveu palestras em todo o País sobre o assunto e participou da redação de uma sugestão de projeto de lei, apresentada aos parlamentares. Acompanhou de perto os trabalhos da Comissão Especial de Segurança Privada, criada na Câmara dos Deputados para discutir o tema.

Foto:Ascom Fenavist

Adelar Andele recebe homenagem da Fenavist pelo trabalho desenvolvido em prol da Segurança Privada

Também foi responsável por alterações significativas na Portaria 387 de 2006, que trouxe mais clareza para os procedimentos da atividade.

Preocupado com a clandestinidade, um dos maiores problemas enfrentados pelo segmento de Segurança Privada, Adelar Anderle foi um dos idealizadores da Operação Varredura da Polícia Federal, que , além de combater as empresas irregulares, também orientou contratantes em todo o Brasil.

Visionário, o delegado sempre se preocupou em promover o intercâmbio de informações, havendo participado de missões internacionais promovidas pela Fenavist, bem como recebido comitivas de outros países para apresentar a elas a Segurança Privada brasileira. Também ministrou palestras em vários eventos nacionais, sempre enaltecendo a qualidade do serviço prestado no Brasil.

Acompanhe a seguir a entrevista exclusiva concedida pelo ex-coordenador à revista Fenavist.

Quanto tempo o Senhor ficou na Coordenação (CGCSP)?

Desde janeiro de 2006, ocupando inicialmente a função de coordenador-geral substituto e posteriormente como titular.

Nesse período, quais os principais trabalhos desenvolvidos pela CGCSP?

O primeiro foi estabelecer uma política de atendimento ao público externo (empresários, trabalhadores, banqueiros e bancários, entre outros), em uma perspectiva de vê-los como clientes. Nosso trabalho e competência enquanto órgão regulador do segmento da Segurança Privada é demonstrar aos servidores da Polícia Federal que estamos lidando com parceiros e não investigados. Além desse, executamos outros como o desenvolvimento e implementação do GESP e agilização na solução dos processos; a Operação Varredura com vistas a combater a clandestinidade; a apresentação de fóruns de debates e negociação com as autoridades do Executivo e do Legislativo para a elaboração e aprovação do Estatuto da Segurança Privada; a otimização dos trabalhos da CCASP e transformação daquele colegiado em um ambiente democrático; e a orien-

tação dos recursos humanos da PF para esses objetivos.

Como avalia sua atuação à frente da CGCSP?

Estou plenamente satisfeito com meu trabalho e da equipe que coordenei. Penso que tive uma saída como à la Pelé. Tenho consciência do dever cumprido. Fiz o que pude e estava ao meu alcance para a Segurança Privada do Brasil.
A avaliação fica por conta dos leitores.

A Gestão Eletrônica da Segurança, iniciada na administração do Dr. Jacini, foi um dos pontos mais trabalhados pelo Senhor. Qual a atual situação do GESP?

O GESP vingou, porém ainda com ajustes de módulos a serem desenvolvidos. Não dá para imaginar um controle da Segurança Privada do Brasil, com sua complexidade, diversidade e extensão territorial sem o GESP. Muitos queriam desanimar durante o caminho da implantação, mas sempre persistimos.

De tudo que o Senhor imaginou quando assumiu a CGCSP, ficou algo sem ser realizado?

A não-aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Poderia traçar um paralelo entre a situação da Segurança Privada quando o Senhor assumiu e os dias atuais?

A Segurança Privada do Brasil cresceu também com o trabalho da PF e a importância dedicada ao segmento.

O Senhor foi um dos grandes entusiastas do Estatuto da Segurança Privada, inclusive ajudando na redação do texto. Infelizmente, não conseguiu ver a aprovação do Projeto de Lei. Qual a atual situação do Estatuto? Fica alguma frustração? E quanto ao fato de o relator, dep. Professor Sétimo, ter apresentado um relator diferente do que o segmento almejava?

Eu diria que não vale a pena chorar pelo leite derramado. Todos sabem que o projeto poderia estar aprovado. Minhas palavras são de persistência. O projeto está parado na Câmara; no Senado já foi arquivado. O projeto de iniciativa do Executivo está na mão do ministro da Justiça: se ele assumir o compromisso de uma tramitação com seu empenho pessoal, até considerando sua experiência e penetração política como ex-deputado, poderá vir a ser aprovado em um tempo razoável, caso contrário, deve haver uma ação longa e orquestrada com os parlamentares, até formar uma opinião favorável da maioria.

Mesmo fora da CGCSP o Senhor continuará trabalhando pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada?

Estou em vias de aposentadoria. Depende do segmento querer absorver minha experiência e capacidade de trabalho para esse fim, afinal, ainda sou jovem e com muita capacidade de trabalho pela frente.

Quais os seus próximos passos?

Aposentadoria e a busca de novos horizontes.

Como o Senhor avalia o papel da Fenavist nesses anos em que esteve à frente da CGCSP?

A Fenavist teve um papel institucional, com um relacionamento do mais alto nível com a Polícia Federal, sempre com bons resultados.

Em relação à participação da Segurança Privada na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016, levando em consideração que é um dos membros da comissão que discute a segurança na Copa, como avalia essa possibilidade?

Não sou mais membro da comissão. O desenho do modelo integrado de segurança para a Copa (segurança pública + segurança privada) já está escrito, divulgado e dentro do entendimento das autoridades federais e da FIFA.

A Segurança Privada brasileira está pronta para esse desafio?
A Segurança Privada tem todo o potencial para isso. O cronograma de treinamento dos vigilantes já está divulgado, bem como o esboço do Programa de Curso. Profissionais com curso de formação temos de sobra.

O que tem sido feito para que a Segurança Privada seja protagonista nesses eventos?

Começamos a buscar modelos internacionais, como o da Inglaterra, Holanda, Alemanha e África do Sul, todos seguindo o Regulamento de Segurança da FIFA. Depois, montamos o modelo integrado para o Brasil. Por fim, fizemos o planejamento e divulgação por meio de palestras e publicações em revistas especializadas.

A operação Varredura foi umas das principais ações desenvolvidas pelo Senhor?

Foi uma grande bandeira de combate à clandestinidade e aplicação de autos de infração. Pena que a falta de verbas impediu seu prosseguimento.

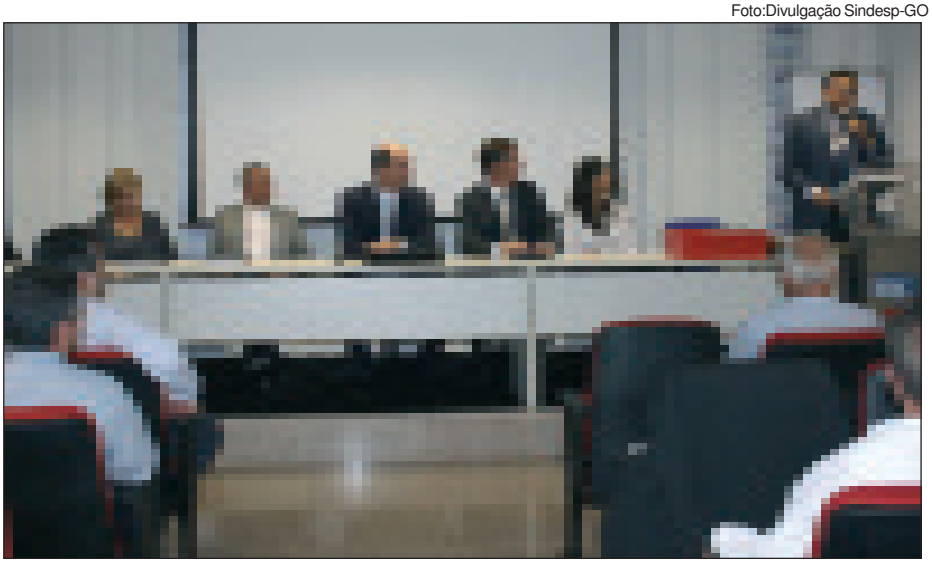
Poderia deixar uma mensagem para o Dr. Clyton que o substitui com a missão de dar continuidade ao grande trabalho desenvolvido em sua gestão?

É com satisfação que digo ao amigo Dr. Clyton, com o qual tive oportunidade de fazer curso na Academia Internacional de Polícia no Departamento de Estado dos EUA, que seja feliz e realize o trabalho que ele sabe fazer graças à sua alta capacidade de administrador. Gostaria de lhe apontar dois fatores de sucesso em minha opinião: manter a unidade da Segurança Privada do Brasil e atender a todos indistintamente.

SINDESP-GO e SEAC-GO realizam Encontro dos Executivos

Durante o evento, o ex-presidente da Fenavist, Lélio Vieira Carneiro, recebe homenagem

Foto:Divulgação Sindesp-GO



Executivos de todo País participaram do evento realizado em Goiânia

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Goiás (Sindesp-GO), em parceria com o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão-de-Obra (Seac-GO) e da Associação Goiana das Empresas de Prestação de Serviços (AGEPS), promoveu o encontro dos executivos, entre os dias 11 e 17 de julho de 2011, na sede dos sindicatos.

O treinamento abordou vários temas relevantes para as categorias, visando contribuir com o fortalecimento dos sindicatos e reuniu executivos de diferentes estados: Amazonas, Bahia, Brasília, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Durante o evento, foi ministrada a palestra Defesa de Interesses pelo presidente do Seac-GO, Edgar Segato Neto. Discutiram sobre assuntos como a importância da contribuição sindical, o que as entidades têm a oferecer aos associados, o papel das lideranças empresariais sindicais em defesa dos interesses do setor de serviços, entre outros.

Na ocasião, os sindicatos prestaram homenagem ao presidente do Sindesp-GO e ex-presidente da Fenavist, Lélio Vieira Carneiro, com a entrega de sete volumes de livros de notícias, que expõem a história de uma liderança classista e outros três volumes com destaque para os pronunciamentos sindicais e a convivência com a família e amigos.

Entre os dias 11 e 12 foi dado o treinamento SPED, PIS e COFINS na Prática, com o palestrante Edgar Madruga, administrador de empresas e auditor especialista em SPED e em Gestão de Arquivos Digitais. O treinamento abordou temas como a Fiscalização na Era do Conhecimento, o Método de Autenticação de Informação Digital e a Origem e Evoluções dos Arquivos Digitais.

A programação incluiu também uma mesa-redonda sobre o tema Base de um Sindicato, Associativismo, e Filiação; Contribuições e PDCA, com a participação dos palestrantes Luciano Santana, assessor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e Ibraim Coelho, assessor Econômico da FECOMÉRCIO.

A consultora Magda de Paula, da Esplain Institute, realizou o treinamento de Integração, Comunicação e Motivação, por meio de uma dinâmica de grupo, além do do treinamento sobre o tema Fortalecimento do Associativismo: um Desafio de Gestão e Sustentabilidade.

Durante o encontro, o presidente do Sindesp-GO, Lélio Vieira Carneiro, proferiu a palestra sobre o tema Organização Sindical e a Pirâmide Sindical. Foram discutidos assuntos como as primeiras leis sindicais no Brasil, entre outros temas relevantes para as categorias.

Em seguida, foi dado o treinamento sobre Dispêndios em CCT´s; Arrecadações por meio das Taxas Instituídas; Cálculos das Contribuições (critérios/fórmulas), com o palestrante Valdivino Reis, diretor-executivo do Sindesp/Seac-GO. A gerente-executiva dos sindicatos goianos, Rousilene Carvalho, ministrou o treinamento sobre Planejamento e Gerenciamento.

O autor do livro Limpeza – Gestão de Alta Performance, Osmar Viviani, ministrou o treinamento a respeito do tema Qualidade nos Serviços como uma Estratégia Competitiva, voltado para a gestão. O treinamento abordou questões como os critérios competitivos e aumento na eficácia com redução de custos. Também foi realizado pelo consultor Osmar Viviani o treinamento Técnico Nível Geral, para os supervisores operacionais, que abordou as novas técnicas de limpeza, tratamentos de pisos, entre outros conceitos.

A Inexequibilidade dos Preços na Contratação de Serviços de Segurança Privada

Confunde-se o texto da lei que se refere a contratar a Proposta Mais Vantajosa para a Administração com contratar o Menor Preço, sem a devida responsabilidade de ambas as partes, contratante e contratado

Reinaldo Silva Bitencourt
Diretor Técnico do SINDESP-BA
Consultor de Gestão Empresarial, Gestão de Custos e Formação de Preços, Professor Curso de Especialização Gestão da Excelência em Segurança Empresarial

Como tantos outros assuntos que criam polêmica e desconforto ao cidadão e às empresas, quando a legislação pertinente não é efetivamente aplicada, surge um dos maiores vilões do segmento de Segurança Privada, que aflige tanto os contratantes, como os prestadores de serviços: a contratação de serviços por preços inexequíveis.

Tanto a Lei de Licitações como a Lei do Pregão trazem artigos que contemplam a desclassificação das propostas, ao determinarem à Administração a aplicação do rigor da lei, para os preços superfaturados ou inexequíveis. O responsável pela contratação deverá sempre buscar a proposta mais vantajosa para a Administração, com preços compatíveis com os níveis de mercado. E, para isso, deverá validar a composição de custos apresentada pelo licitante, a estrutura de encargos sociais e trabalhistas vinculada ao segmento e o cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho vigentes em cada estado. Frise-se que o setor de Segurança tem os seus preços regulados e, âmbito federal, estadual e municipal com o estabelecimento de preços máximos para contratação, o que já representa um parâmetro referencial para avaliar a inexequibilidade das propostas apresentadas.

Se a Lei existe, cumpra-se a Lei.

Confunde-se o texto da lei que se refere a contratar a Proposta Mais Vantajosa para a Administração com contratar o Menor Preço, sem a devida responsabilidade de ambas as partes, contratante e contratado. Se a contratação pelo Menor Preço, sem nenhuma variável qualitativa, enseja na maioria das vezes contratar preços inexequíveis, em contrapartida, o preço ofertado muito abaixo do mínimo necessário promoverá a inadimplência no cumprimento do contrato, gerando prejuízos à Administração e até quebra da empresa, como vem sendo observado ao longo dos anos.

Parece que o critério Menor Preço virou um mito, não podendo ser questionado ou rejeitado pela Administração. Os históricos dos Pregões Eletrônicos têm provocado um verdadeiro desastre, por conta da atitude dos Pregoeiros que insistem em aceitar planilhas de composição de preços incompatíveis com a execução dos serviços, muitas vezes descumprindo cláusulas obrigatórias das Convenções Coletivas.

Quem já não ouviu? "Se o empresário diz que faz pelo preço ofertado, tudo bem." Aceitam-se até mesmo Taxas de Administração e de Lucro iguais a zero, com Pareceres Jurídicos favoráveis, sob o argumento de que se trata de uma decisão empresarial e esta, com certeza, não é uma proposta mais vantajosa para a Administração, considerando seus efeitos já em curto prazo.

Regras para definição de inexequibilidade das propostas foram garantidas pelo modelo matemático, para os serviços de engenharia, o que não ocorreu para os demais serviços, que poderiam utilizar regra semelhante, uma vez que, na composição dos seus preços, existem pontos comuns (mão-de-obra, encargos, insumos, equipamentos, suporte administrativo, remuneração dos serviços, etc.).

Na falta de um critério formal para definição dos limites entre o Menor Preço e o Preço Inexequível, entendemos que algumas medidas devam ser adotadas pelas comissões de licitações e pregoeiros na preparação do processo de contratação de serviços, quais sejam: a) O Edital deverá contemplar um orçamento do serviço a ser contratado, como determina a legislação; b) Pleno conhecimento do mercado; c) Conhecimento das características técnicas e operacionais do serviço; d) Conhecimento da Convenção Coletiva de Trabalho; d) Composição dos custos dos serviços. Essas variáveis, com certeza, permitirão estabelecer parâmetros para análise da exequibilidade das propostas.

Se no Pregão um determinado lance estiver abaixo do limite fixado pela Administração, este será um primeiro indício de preço inexequível e, ao final do pregão, encerrada a etapa de lances, ocorrendo uma diferença expressiva em relação ao orçamento previsto, caberá à comissão ou ao pregoeiro solicitar a licitante detentora do menor preço e ainda não declarada vencedora a comprovação da viabilidade da sua proposta, pela planilha de composição do seu preço detalhado.

Resta-nos, então, exigir das comissões e dos pregoeiros, responsáveis finais pela contratação de serviços, o cumprimento da legislação no que se refere à desclassificação das propostas de preços inexequíveis com a utilização, na falta de uma regra legal, dos procedimentos de análise aqui mencionados, para evitar a contratação pelo simples critério Menor Preço, quase sempre irrisório, logo inexequível, gerando prejuízos à Administração Pública, com reflexos diretos no segmento empresarial de Segurança Privada.

Copa 2014, a Segurança Priv

Como forma de preparação para a maior competição de futebol do mundo, que será realizada no Brasil daqui a 2 anos, vigilantes foram os responsáveis pela segurança interna dos estádios nos jogos amistosos da Seleção Brasileira em junho de 2011

Quatro de junho de 2011. Estádio Serra Dourada, Goiânia, Brasil. Data e horário para ficarem marcados na memória de todos os participantes da Segurança Privada brasileira. Se o placar do jogo entre Brasil e Holanda foi um zero a zero que frustrou a torcida, para a atividade a partida pode ser comemorada como uma goleada. Pela primeira vez, o segmento foi responsável pela segurança interna do estádio em um jogo de futebol no Brasil da Seleção Brasileira.

A prática é comum em partidas jogadas na Europa e uma exigência da Federação Internacional de Futebol (Fifa) para jogos em que o mando de campo pertence à entidade. Será assim durante toda a Copa do Mundo de 2014 e na Copa das Confederações que acontecerão no Brasil.

Preocupada em atender aos requisitos da Fifa e visando preparar as empresas brasileiras para atuar da melhor forma possível durante o maior evento de futebol do mundo, desde que o Brasil foi anunciado como sede a Fenavist tem buscado maneiras de motivar a participação do segmento nos preparativos da Copa de 2014, seja por meio de intercâmbio de informações obtidas em missões empresariais a países que já receberam o evento, seja por meio de trabalho ao lado da Polícia Federal, órgão que regulamenta e fiscaliza a atividade no País, ou criando formas de ampliar a capacitação dos vigilantes. A participação nos jogos amistosos foi mais um passo rumo ao objetivo maior de fazer a Copa do Mundo de 2014 a melhor e mais segura da história.

"Sabemos da responsabilidade que vamos ter. Mas também sabemos da nossa capacidade. Termos um dos melhores serviços de Segurança Privada e os jogos amistosos serviram para dar início a essa nova realidade da atividade, a qual já pleiteávamos há muitos anos. E também para mostrar para a Fifa que ela não precisa ficar preocupada. A Segurança Privada brasileira bate um bolão", analisa o presidente da Fenavist, Odair Conceição.

Três dias após a estreia em Goiânia, foi a vez da Segurança Privada encarar o primeiro clássico. Não que o adversário da Seleção Brasileira fosse um time de peso, mas a história que envolvia a partida já dava ares de Copa do Mundo. O jogo Brasil X Romênia marcou a despedida do atacante Ronaldo Nazário de Lima, ou simplesmente "Fenômeno", da Seleção Brasileira de futebol.

ivada já deu o pontapé inicial

No dia 7 de junho de 2011, o estádio do Pacaembu, em São Paulo, estava lotado. Torcedores e jornalistas do mundo inteiro ocupavam as arquibancadas. À beira do gramado, cinegrafistas e fotógrafos disputavam espaço para conseguir a melhor imagem. Por 90 minutos os olhos do mundo estavam voltados para cá. E, pelo visto, gostaram do que viram.

Quando o maior artilheiro da história das Copas entrou em campo aos 30 minutos do primeiro tempo, o Brasil vencia a Romênia por 1 X 0, gol de Fred. Por 15 minutos Ronaldo matou a saudade da camisa amarelinha e se despediu da torcida. No intervalo, a volta olímpica e o breve discurso de adeus. Enquanto o Fenômeno se despedia, outro debutava nos grandes jogos: a Segurança Privada.

Foi uma tabelinha perfeita com os órgãos de segurança pública, aos quais coube cuidar de tudo do lado de fora, enquanto os vigilantes marcavam um golaço na parte de dentro do estádio. Desde a chegada das equipes de imprensa, comportamento da torcida, desenrolar da partida até o apagar das luzes, a Segurança Privada fez uma bela partida. O que o mundo viu pela tela da TV foi um jogo sem confusões na arquibancada, no qual prevaleceu a alegria.

Não tínhamos dúvida de que passaríamos com louvor por nosso primeiro grande desafio. Agora é buscar da CBF, de clubes, órgãos de segurança pública e Polícia Federal um acordo para que a Segurança Privada assuma em definitivo a segurança interna nos jogos de futebol no Brasil", afirma Conceição.

Além do estatuto da Fifa prever que a Segurança Privada seja a responsável pela segurança dentro dos estádios nas partidas em que a entidade tem o mando de campo, os vigilantes tiveram a oportunidade de atuar nos jogos amistosos graças aos esforços da Fenavist e a compreensão dos dirigentes da FIFA que entenderam como importante esse primeiro teste. A entidade pleiteou da Polícia Federal e dos organizadores desde o início que o trabalho ficasse a cargo do segmento. Também deu garantias de que as empresas estavam prontas para o desafio.

Este foi o primeiro passo de uma longa caminhada. Nos próximos anos temos a Copa das Confederações, Copa do Mundo, Copa América, eventos teste, e as Olímpiadas de 2016. Estamos trabalhando com afinco na capacitação dos vigilantes, no intercâmbio de informações, na busca de novas tecnologias, na mudança da legislação, tudo para fazer com que esse novo nicho de mercado se abra para o segmento não de forma temporária, mas sim definitiva", explica o presidente da Fenavist Odair Conceição.

Ainda de acordo com o presidente da Federação, a Segurança Privada quer e vai fazer de tudo para estar presente em todos os eventos esportivos do Brasil. Não quer ficar restrita apenas a fazer gols, também quer marcar pontos, fazer cestas, ganhar lutas por ipon e quebrar recordes como os atletas da natação e do atletismo.

Vamos quebrar todos os recordes de qualidade, profissionalismo e desenvolvimento. Onde a Segurança Privada estiver presente, a torcida só vai ter o que comemorar", avisa Odair Conceição.

Foto:Ascom Fenavist

Reunião na sede da Fenavist em Brasília, para acertar os detalhes do modo como seria feita a segurança nos jogos da seleção brasileira

Análise da Notícia

No texto abaixo, o delegado da Polícia Federal, ex-coordenador de Segurança Privada e membro de uma comissão responsável pelo assunto no que se refere aos preparativos da copa do Mundo de 2014, Adelar Anderle, explica a importância que os jogos amistosos tiveram para a Segurança Privada brasileira.

A Segurança Privada nos jogos amistosos da Seleção Brasileira de futebol em Goiânia (GO) e São Paulo (SP) no mês de junho nos dias 4 e 7, respectivamente

· Adelar Anderle

De mãos limpas. É assim que a segurança interna dos estádios na Copa de 2014 será realizada. Coordenado pela Polícia Federal e pelo Comitê Organizador Local (COL) da Copa do Mundo da FIFA, o modelo de operacionalidade por Stewards (intervenção feita no interior dos estádios – conceito "intramuros" – por profissionais de Segurança Privada sem o uso de armas) tem como objetivo garantir a paz e a tranquilidade nos estádios, sem intimidar os torcedores com a exposição de armamentos.

O conceito de "mãos limpas" traz a discrição como bandeira principal. No entanto, em caso de crime, atendimento de emergência a pessoas ou de grave perturbação da ordem, intervêm, por demanda, Juizados Especiais Criminais, bombeiros, profissionais de saúde e a Polícia Militar (PM), que também se responsabiliza pela segurança da área pública no entorno do complexo do estádio – conceito "extramuros".

É com esse modelo integrado de segurança pública e privada que a FIFA trabalha quando é a responsável pelo evento e pela manutenção da ordem das pessoas e do complexo do estádio de futebol, como detentora do "mando de campo".

Até então, os aparatos policiais eram usados de maneira ostensiva e indiscriminada em todas as dependências dos estádios, bem como nos arredores. Com a inovação, o emprego de viaturas de choque – o conhecido caveirão –, bombas e espargidor de gás, munição de borracha, bastões, escudos, cavalos, cães e, eventualmente, armas de fogo, passam a ter uso restrito. Enquanto a intervenção por Stewards está sendo realizada, os policiais se reúnem em grupos e garantem posicionamento em locais estratégicos, dentro do estádio. Dessa maneira, os armamentos ficam menos expostos sem, no entanto, anular a imagem da polícia.

A tradicional e eficaz operação especial da PM nos estádios de futebol passa a exigir um aparato menor no interior dos recintos desportivos, o que garante à corporação o status de garantidora superior da segurança, podendo intervir sob demanda, quando a situação fugir do controle dos Stewards ou em caso de crime. Essa estrutura proporciona à PM um anteparo de segurança que a possibilita agir estrategicamente e sem perder a visão de todo o plano de segurança.

O modelo da FIFA vem sendo utilizado há algum tempo nos estádios de futebol da Europa. No Brasil, apenas vigilantes treinados sob orientação da Polícia Federal e credenciados pelo órgão (Carteira Nacional de Vigilante – CNV válida) podem integrar a equipe dos Stewards. Pela legislação da Segurança Privada (Lei nº 7.102/83), somente o vigilante tem a prerrogativa legal de intervir na liberdade das pessoas para garantir a segurança e a guarda do patrimônio. Porém, o projeto do novo Estatuto da Segurança Privada prevê o emprego de Steward free lance, uma espécie de auxiliar do vigilante, o que poderá baixar o custo com segurança.

A logística é outra questão que não pode ser desprezada. Para que esta atuação seja efetiva, é necessário que seja instalada uma Central Integrada de Comando que, de preferência, fique próximo à sala de som. Esse local é munido

Foto:Ascom Fenavist

Adelar Anderle, ex-coordenador-geral de controle de segurança privada

de sistema de monitoramento por câmeras de imagem distribuídas pelo complexo do estádio e no seu entorno.

Nessa sala, com visão panorâmica para o estádio e com o auxílio dos monitores do sistema eletrônico de segurança, serão tomadas, em conjunto, todas as decisões e mensuradas as medidas para o plano de contingência. Ficarão centralizados nesse ambiente o comando da PM, dos bombeiros, do gestor de Segurança Privada, do COL/FIFA e outros convidados.

Com essa integração público-privada, os policiais militares, que seriam deslocados para essa ação no período da Copa do Mundo de Futebol, serão aproveitados na via pública, onde a Polícia Militar exerce sua precípua e exclusiva missão constitucional de preservação da ordem pública.

Após o sucesso da operacionalidade de segurança por Stewards nos amistosos da Seleção Brasileira de Futebol realizados no mês de junho de 2011 (em Goiânia e em São Paulo), espera-se que nas próximas atuações, em que a FIFA tenha o mando de campo, principalmente quando houver jogos com torcidas rivais, que a segurança seja efetiva e que os embates violentos entre torcidas organizadas cedam espaço para um espetáculo de paz.

Resultado dessa harmonia, no jogo entre o Brasil e a Romênia, realizado no estádio do Pacaembu, houve um fato curioso. Ao aplicar um cartão amarelo a um jogador brasileiro, o juiz teve a reprovação de boa parte dos espectadores que, por meio de refrão, ensaiado com palavras de ordem, procuravam incitar o público contra o ato do juiz. No entanto, não alcançaram o objetivo, pois o clima de tranquilidade e harmonia estava em um patamar tão alto, que foram perdendo a voz e desistiram do intento.

Esse novo modelo representa uma quebra de paradigma no que diz respeito ao conceito de segurança: transcende o conceito de "blindagem/armamento" e avança para o conceito "mãos limpas". Assim, um ambiente seguro, tranquilo, confortável e harmonioso irá possibilitar que os estádios voltem a ser um ambiente para toda a família.

Fenavist recebe parlamentares para discutir projetos de interesse do segmento

Durante o encontro, o presidente da Federação, Odair Conceição, pediu ajuda para que o Estatuto da Segurança privada volte a pauta de votação o mais rápido possível

Foto:Ascom Fenavist

Diretores da Fenavist discutem mundanças na legislação com parlamentares em Brasília

No dia XX de outubro do ano passado, a Fenavist promoveu na sede da CNC em Brasília um encontro com um grupo de parlamentares que está comprometido com as causas defendidas pelo setor da segurança privada que tramitam no Congresso Nacional.

Durante a reunião foi exibido o vídeo institucional da Fenavist, onde todos puderam conhecer melhor essa entidade, e abordaram questões que têm preocupado o segmento, como o adicional de periculosidade e o Estatuto da Segurança além dos principais projetos de Lei que abordam a segurança privada e que tramitam no Congresso.

Ao apresentar as preocupações da Federação, o presidente Odair Conceição voltou a reafirmar a posição contrária da Fenavist à votação em separado do Estatuto da Segurança Privada do PL 1033/2003, que concede 30% de adicional periculosidade aos vigilantes. Ainda em relação a esse tema, Conceição ressaltou que a federação não concorda com a votação do PL 6113/2009, do Senador Paulo Paim, da forma como foi apresentado.

Odair Conceição também deixou claro para os parlamentares que a Fenavist anseia pela reabertura da Comissão Especial de Segurança Privada, de forma que o novo Estatuto do segmento seja votado. Para que isso aconteça o mais breve possível, Conceição pediu total empenho dos parlamentares amigos do seguimento. Estes por sua vez, foram receptivos a ideia e destacaram a importância da matéria, principalmente, com a proximidade da Copa do Mundo 2014 e a necessidade de discutir a questão da segurança no contexto atual. Houve, portanto, um comprometimento de tentar acelerar o processo.

A Fenavist também deixou claro que é favorável aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Trabalho Terceirizado da Câmara dos Deputados, que foi instalada em Junho de 2011, para promover estudos e proposições voltadas à regulamentação do Trabalho Terceirizado no Brasil. Atualmente, a Comissão Especial encontra-se em fase de discussão e votação do parecer do relator, Deputado Roberto Santiago (PV/SP).

A reunião contou com a presença dos parlamentares abaixo e foi seguida de almoço com os deputados Laércio Oliveira, Sandro Mabel, Paes Landim, Maurício Trindade, Arnaldo Faria de Sá, João Campos, Osmar Serraglio, Edinho Bez. Gorete Pereira e dos Senadores Eduardo Amorim e Eduardo Cunha, além dos Diretores da Fenavist e da CNC.

Presidente da Fenavist é homenageado com a comenda da Ordem Nacional do Mérito Comercial

O prêmio foi concedido pela CNC a personalidades que se destacaram pelo incentivo ao comércio de bens, serviços e turismo em 2011

Foto:Ascom Fenavist

Presidente da Fenavist, Odair Conceição, recebe a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Comercial

O presidente da Fenavist, Odair Conceição, recebeu no último dia 15 de dezembro, no Rio de Janeiro, a Ordem Nacional do Mérito Comercial. Entregue pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a homenagem foi destinada a dezessete personalidades que se destacaram pelo incentivo ao comércio de bens, serviços e turismo em 2011.

Ao discursar, o presidente da CNC, Antonio Oliveira Santos, explicou a escolha dos agraciados. "O Conselho da Ordem deliberou por homenagear aqueles membros da Diretoria, eleitos para o mandato 2010/2014, e presidentes de federações filiadas à CNC, ainda não agraciados, distinguidos com a honraria pelas suas efetivas atuações como líderes empresariais em seus respectivos estados ou na categoria que representam."

O prêmio foi entregue pelo Chanceler da Ordem e vice-presidente administrativo da CNC, Josias Albuquerque. Além do presidente da Fenavist, Odair Conceição, receberam as insígnias no grau de Comendador os presidentes das federações do comércio de Tocantins, Hugo de Carvalho; do Espírito Santo, José Lino Sepulcri; de Minas Gerais, Lázaro Luiz Gonzaga; de Rondônia, Raniery Araújo Coelho; de Alagoas, Wilton Malta de Almeida; do Rio Grande do Sul, Zildo De Marchi; do Sergipe, Abel Gomes da Rocha Filho; da Bahia, Carlos Fernando Amaral; do Rio Grande do Norte, Marcelo Fernandes de Queiroz; do Mato Grosso do Sul, Edison Ferreira de Araujo; da Fenacon, Valdir Pietrobon; da Febrac, Ricardo Costa Garcia; da FNHRBS, Alexandre Sampaio de Abreu; da Fecombustíveis, Paulo Miranda Soares; da Feaduaneiros, Daniel Mansano; e o ex-presidente da Fecomércio-SE, Hugo Lima França.

Para o presidente da Fenavist, essa homenagem coroa o trabalho desenvolvido pela federação nos últimos anos. "Fiquei emocionado ao receber a comenda. Ela não é só minha, mas de todos os empresários que se dispõem a abdicar muitas vezes até da família para fazer com que a Fenavist cresça e possa representar de forma cada vez melhor os interesses do segmento."

Escolhido para representar os contemplados durante a cerimônia, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (FEBRAC), Ricardo Costa Garcia, agradeceu a homenagem. "Na função de líderes de setores empresariais, somos muito demandados pelos associados que pedem melhorias para o ambiente empresarial, mas poucas vezes o nosso trabalho é reconhecido. Boa parte do nosso tempo é oferecida para o desenvolvimento da nossa função de presidente de federação e de líderes sindicais, por isso, esse momento é de uma alegria muito grande, já que representa o reconhecimento a nós por tudo o que desempenhamos por esse setor econômico", afirmou Garcia.

Foto:Saulo Cruz / Agência Câmara

Presidente da Fenavist, Odair Conceição, participa de audiência pública na Câmara dos Deputados
Comenda da Ordem Nacional do Mérito Comercial

Fenavist defende terceirização em audiência pública na Câmara dos Deputados

O presidente da Federação foi um dos palestrantes

A convite do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), o presidente da Fenavist, Odair Conceição, acompanhado de 15 diretores da entidade participou de audiência pública na casa para discutir terceirização de serviços. As discussões foram realizadas no dia 10 de agosto de 2011, durante reunião da Comissão Especial sobre Trabalho Terceirizado, e reuniram representantes de empresas de segurança e do setor de petróleo. O debate foi sugerido pelos deputados Adrian (PMDB-RJ) e Nelson Padovani (PSC-PR).

Durante o encontro, o presidente da Fenavist, de forma sucinta, porém com muito embasamento prático defendeu a terceirização no Brasil, apontando os principais pontos que a legislação precisa prever como forma de construir uma legislação capaz de atender a realidade da grandeza da terceirização no País.

TST – E não foi apenas na Câmara dos deputados que a Fenavist discutiu o assunto terceirização. A federação foi uma das entidades convidadas a participar nos dias 4 e 5 de outubro do ano passado, na audiência pública do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o tema. A iniciativa de promover o debate foi do presidente do TST, João Oreste Dalazan de forma inédita no Brasil e seus resultados está ajudando a mudar o pensamento daquela Corte sobre essa vital atividade para o desenvolvimento do País.

Durante os dois dias de discussão, representantes dos órgãos públicos, entidades de classe patronal e laboral e do setor de terceirização expuseram pontos de vista sobre o assunto. Entre os oradores, alguns tentaram desqualificar o trabalho feito pelas empresas de serviço. No entanto, a consultora jurídica da Fenavist, Celita Oliveira Sousa, que foi um dos representantes do segmento com direito a palavra, com argumentos sólidos, desmistificou cada um dos itens apresentados pelos defensores do fim da terceirização. Além disso, apresentou sugestões que podem melhorar o processo.

Logo no início da apresentação, Celita Sousa criticou o pregão eletrônico. “Só que os desvios de conduta de algumas empresas, por irresponsabilidade individual, ou comungada com os contratantes que firmavam contratos com preços inexequíveis, e os atrasos de pagamentos das faturas, que ainda hoje são um câncer, como um câncer o é

também o pregão, especialmente eletrônico, leiloando salários e trabalhadores, aliada à grande quantidade de trabalhadores, foram ensejando muitas reclamações trabalhistas, advindo daí algumas sentenças determinando o vínculo empregatício com os contratantes, por desconhecer a legalidade das empresas e dessa prática administrativa", explicou a consultora.

Ao defender a terceirização, a advogada lembrou que o setor é uma das principais molas que movimentam a economia do país. "Se as autoridades públicas proibissem hoje a terceirização, o Brasil e suas relações internacionais parariam. Não se compraria mais passagens aéreas, não se poderia usar para compras na internet, não teria limpeza nas empresas e órgãos públicos nem segurança, nem eletricidade, e tantas outras atividades essenciais à população seriam paralisadas."

A advogada da Fenavist também provou que os defensores da tese de que a terceirização faz mal a economia estão errados. Quanto à crítica de que as empresas de prestação de serviços pagariam salários menores, por exemplo, a representante da federação foi contundente. "Normalmente nas atividades mais elementares, os salários são mais baixos, como é normal em todo o mercado. Nas atividades mais complexas os salários são mais altos. E, numa hipótese e noutra, o modelo sindical constitucional brasileiro, por o de categoria, impede que a CCT do contratante seja aplicada aos terceirizados. Assim, as críticas nesse contexto se dirigem à Constituição, no art. 8º. E, somente por meio de modificação da Constituição é que se poderia dar um outro rumo diferente do que ocorre hoje", defendeu Celita Sousa.

A consultora também apresentou aos participantes argumentos sólidos para comprovar o equívoco dos que afirmam que ocorre maior número de acidentes entre os empregados terceirizados, de que a jornada de trabalho é maior, que a terceirização é focada na diminuição de salários, que há segmentação da representação sindical e que haveria discriminação de terceirizados pelos empregados diretos. Para cada uma dessas falácias, a representante da Fenavist apresentou um argumento sólido.

Foto:Ascom Fenavist

O presidente da Fenavist, Odair Conceição, e a consultora jurídica Celita Sousa defendem a terceirização de serviços durante audiência no TST

Já no que se refere à infundada suposição de que haveria trabalho infantil e sem carteira assinada nas empresas prestadoras de serviço, Celita Sousa desafiou os acusadores a comprovar a acusação. "Essa afirmação é completamente absurda, no contexto das empresas congregadas pelas entidades que aqui estou representando. Esses setores são com certeza os únicos no país que não têm um só empregado com carteira de trabalho sem assinar. E nele não há trabalho infantil, o que há são menores e jovens aprendizes contratados na forma da Lei. É que os contratantes, para pagarem as faturas, exigem a comprovação dos contratos de trabalhos, pagamentos e recolhimentos legais, isso conta até de Instrução Normativa, editada pelo MOG - Ministério do Orçamento e Gestão. Desafio quem apresente comprovação dessas irregularidades nas empresas em nome das quais falo nesta tribuna."

Ao finalizar a explanação, a consultora da Fenavist aproveitou para algumas sugestões de mudanças na legislação defendidas pela federação, conforme pode ser observado abaixo:

Em conclusão, pedimos todas as vênias a esse respeitável tribunal, para apresentar uma pequena colaboração, consistente na proposta de redação de uma nova súmula ou de alteração da súmula 331, a saber:

I - Nos termos do art. 421 e 594 do Código Civil, é livre a contratação de serviços de empresas especializadas, contudo, em respeito ao princípio de proteção ao trabalhador, o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empregadora implica a responsabilidade do contratante quanto a essas obrigações, da seguinte forma:

a – Responsabilidade solidária, para os entes da Administração Pública direta e indireta em todos os níveis nos casos de descumprimento da Lei nº 8.666/93, e para estes e as organizações particulares, nos casos de:

a – Contratação sem o cuidado de verificar se o preço da proposta comercial da empresa prestadora cobre adequadamente o pagamento dos salários, encargos trabalhistas, encargos sociais, benefícios assegurados à categoria profissional por convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo, e demais normas legais de proteção aos trabalhadores necessários à execução do contrato;

b2 – Falta de fiscalização do correto cumprimento do contrato quanto ao respeito de todos os direitos dos trabalhadores;

c3 – Falta de pagamento das faturas nas datas aprazadas;

II – Responsabilidade solidária, nos casos de atrasos ou falta de pagamentos de salários e demais direitos dos trabalhadores por parte da empresa contratada, por comprovada culpa do contratante, público ou privado.

Fotos:Ascom Fenavist

Cerca de 700 pessoas de todas as partes do mundo participaram do Congresso Mundial de Segurança realizado na Colômbia

Congresso Mundial de Segurança

Entre os dias 2 e 4 de novembro, a cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia, recebeu o maior evento de Segurança Privada do mundo

Promovida pela Federação Mundial de Segurança Privada (em inglês World Security Federation – WSF) e pela Associação Nacional de Entidades de Segurança Privada da Colômbia (Andevip), a edição de 2011 do Congresso Mundial de Segurança Privada teve como tema Segurança, uma Prioridade Estratégica Mundial. O evento contou com a participação de cerca de 700 pessoas dos cinco continentes.

Entre os principais objetivos do Congresso realizado entre os dias 2 e 4 de novembro, no Centro de Convenções da cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia, está o aprimoramento profissional dos responsáveis pela segurança e proteção do mundo.

O fortalecimento do intercâmbio dos profissionais de segurança; a criação de relacionamentos internacionais que favoreçam a consolidação e otimização do trabalho dos vigilantes; a atualização dos princípios e métodos que constituem as principais ferramentas do profissional de segurança diante das necessidades de uma sociedade globalizada em todas as suas dimensões, também estiveram entre os objetivos do Congresso Mundial.

Voltado para empresários; diretores; responsáveis pela segurança de empresas industriais, financeiras, comerciais e de serviços; além de agentes da segurança pública; comandantes e chefes de polícia; responsáveis pela formação dos vigilantes e consultores, o evento foi dividido em cinco eixos temáticos.

O eixo estratégico discutiu temas como o futuro da Segurança Privada, as tendências do setor, os marcos legislativos e a conceituação da segurança como prioridade mundial. No eixo público o debate focou a integração dos esforços institucionais em busca da segurança cidadã dentro da parceria entre a segurança pública e privada.

O terceiro eixo foi o gerencial e de negócios. Os palestrantes apresentaram os últimos avanços acadêmicos que visam melhorar as habilidades de gestão empresarial voltadas para os empresários do segmento. Também foram debatidos os sistemas de gestão em nível mundial.

A integração e a convergência tecnológica, as tendências de implantação de produtos de alta tecnologia e os avanços científicos na área da segurança cibernética e virtual foram os assuntos abordados no eixo tecnológico e de avanços científicos.

O último eixo de discussão do Congresso foi o Continental e Mundial, que permitiu aos participantes observar as experiências mais relevantes dos cinco continentes, suas realidades, fenômenos sociais, processos de integração internacional, entre outros.

Coordenador-geral de controle de Segurança Privada da PF, Clynto Xavier, foi um dos palestrantes do evento

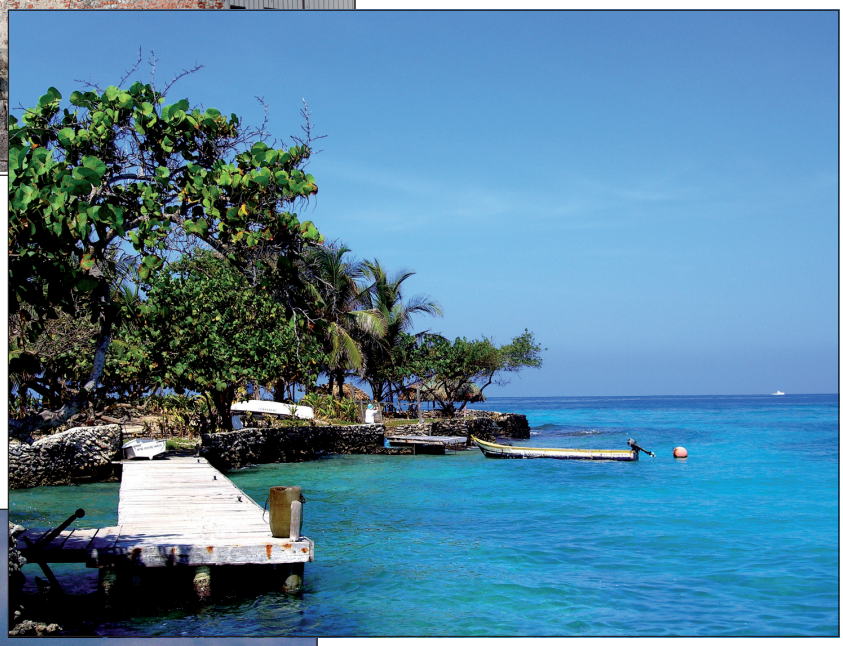
"O congresso Mundial realizado na Colômbia, assim com nas edições anteriores, constituiu uma oportunidade única de interagirmos com profissionais de todas as partes do mundo, proporcionando o intercâmbio de informação, de modo que a Segurança Privada se desenvolva de forma profissional em todos os continentes", afirmou o presidente da Federação Mundial de Segurança, o brasileiro Jerfferson Simões.

O presidente da Fenavist Odair Conceição foi o único brasileiro palestrantes desse evento que contou com uma delegação de 14 brasileiros dentre eles: o coordenador-geral de controle de Segurança Privada da Polícia Federal, Dr. Clynto Xavier; do Secretário de Estado de Goiás, Dr. Daniel Augusto Goulart; do Presidente do SINDESP-BA Lauro Santana; dos Vices Presidentes do SINDESP-DF e BA Leonardo Cavalcante e Jaldo Mendes; também representaram o Brasil no maior evento de segurança privada do mundo.

Feira Tecnológica – Paralelamente ao Congresso Mundial, aconteceu uma mostra comercial de alta tecnologia. Os participantes encontraram as últimas novidades do mercado internacional e um centro de negócios que facilitou os contatos com profissionais do setor.

"O intercâmbio não só de informações mas também tecnológico é fundamental no mundo globalizado em que vivemos. Com certeza a mostra comercial realizada durante o Congresso agregou muito aos participantes", ressalta Simões.

Conheça
Cartagena das Índias



Com uma população de cerca de 900 mil habitantes e fácil acesso por via aérea, terrestre ou marítima, a cidade colombiana de Cartagena das Índias é visitada anualmente por milhares de turistas que encontram nela um lugar perfeito para descansar e trabalhar.

A encantadora cidade possui uma diversificada infraestrutura hoteleira, em sua maioria bilíngue (inglês, espanhol). A moeda oficial é o peso colombiano, que oscila em função de uma taxa representativa em relação ao dólar americano.

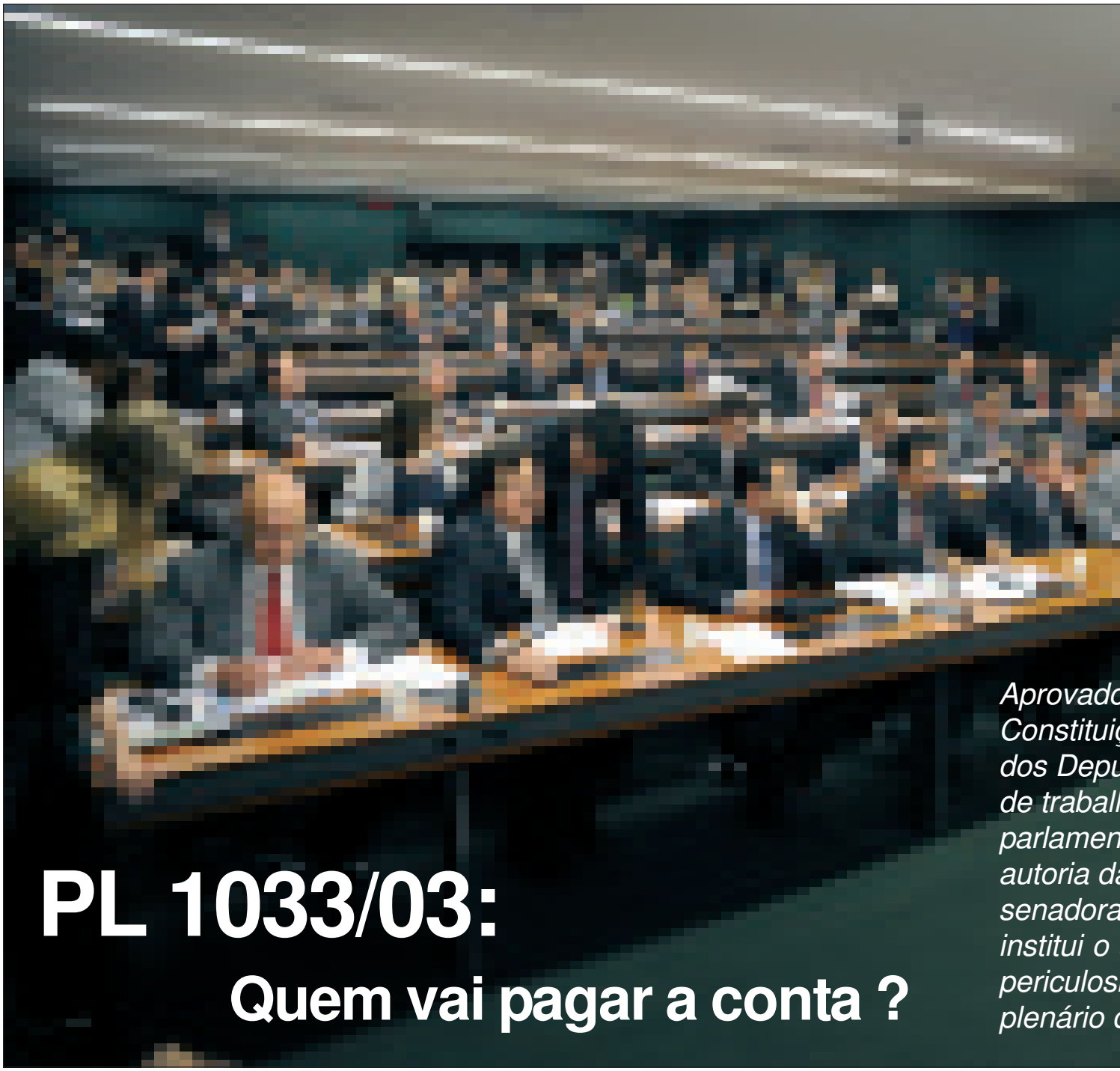
A culinária de Cartagena é uma deliciosa combinação de comida árabe, espanhola, caribenha, africana e indígena, preparada com muito amor pelas mulheres da região. Também possuiu uma grande diversidade de frutas frescas.

Nas ruas da cidade é possível sentir os aromas produzidos pela fusão dos sabores provocados pela mistura da culinária espanhola, indígena e africana. Além disso, os visitantes encontram uma variada oferta gastronômica com ingredientes frescos.

Em Cartagena, existe uma interessante mistura de cultura que teve início há mais de 500 anos, e passa pelas tradições dos índios, espanhóis, africanos e árabes. Todos os costumes são marca registrada de uma das mais belas cidades da região do Caribe, onde o visitante é atendido de forma simpática, atenciosa e alegre.

Ao anoitecer se apresenta uma outra Cartagena, uma cidade com uma grande diversidade de bares, boates e lugares de diversão que irradiam a alegria do Caribe. Os estabelecimentos oferecem boa música e fazem com que em um instante a pessoa deixe para trás o estresse do trabalho e passe para a diversão.

Considerada Patrimônio Histórico da Humanidade, foi elevada à categoria de Distrito Turístico e Cultural. Entre as principais características turísticas está sua beleza arquitetônica de estilo colonial, em que se destacam o Castelo de São Felipe de Brajas, o forte de São Sebastião e o Palácio da Inquisição, entre outros.



PL 1033/03:

Quem vai pagar a conta ?

Aprovado Constitui dos Depu de trabal parlamen autoria d senadora institui o periculos plenário

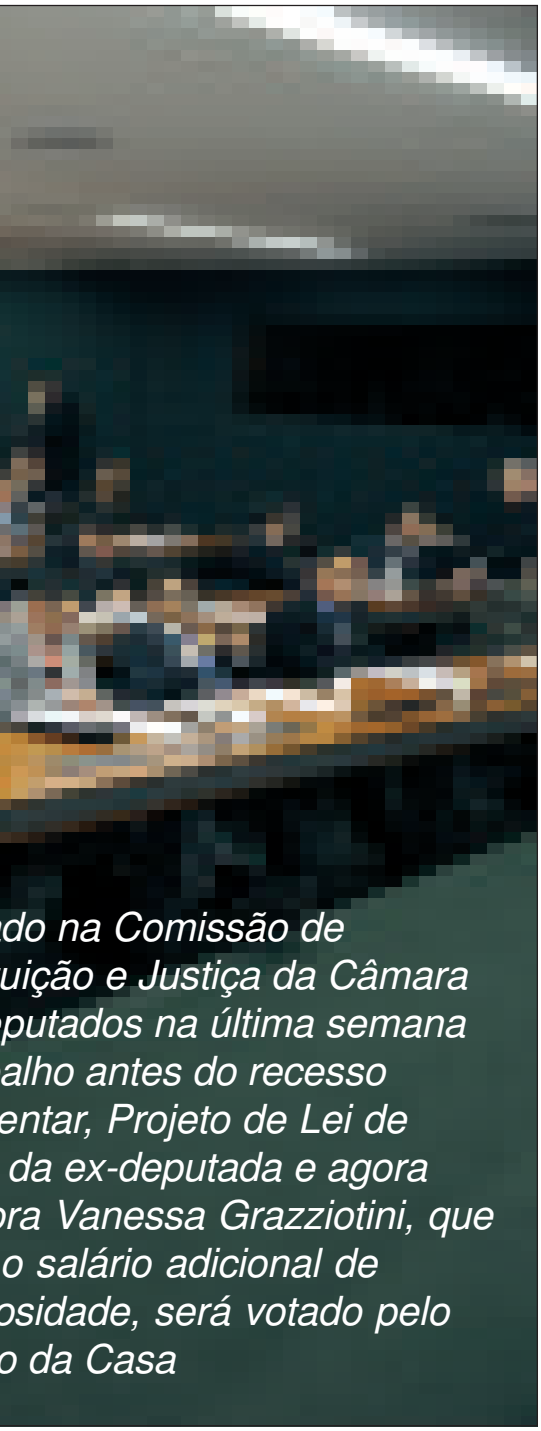
Reunião da CCJ da Câmara dos Deputados

O segmento de Segurança Privada está diante de um novo desafio. Na iminência de presenciar a aprovação de mais uma lei que não leva em conta a real situação da atividade, as empresas já começam a se perguntar: quem vai pagar essa nova conta?

Apresentado em 2003 pela então deputada e hoje senadora Vanessa Grazziotini (PCdoB-AM), o Projeto de Lei 1033 institui o salário adicional de periculosidade para vigilantes e empregados em transporte de valores no valor de 30%, a ser incorporado à remuneração para todos os efeitos legais.

Desde a aprovação da matéria, a Fenavist vem trabalhando para tentar impedir a aprovação de mais essa lei que pode inviabilizar a atividade. “Não somos contrários ao adicional. O grande problema é querer concedê-lo a todos os vigilantes. Há

Foto: Beto Oliveira Agência Câmara



do na Comissão de uição e Justiça da Câmara putados na última semana alho antes do recesso entar, Projeto de Lei de da ex-deputada e agora ora Vanessa Grazziotini, que o salário adicional de osidade, será votado pelo o da Casa

Foto: Waldemir Barreto Agência Senado

Senadora Vanessa Grazziotini (PCdoB-AM) discursa no plenário do Senado

diferença nos riscos para um vigilante que trabalha em uma indústria e o que trabalha em banco, por exemplo", argumenta o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Odair Conceição.

Outra questão levantada pelo presidente da Fenavist diz respeito ao impacto financeiro. "O impacto para o segmento seria enorme. Além de estabelecer quais vigilantes teriam direito, nós também teríamos que repassar o custo para os contratantes gradualmente. Logo, a lei também tem de prever isto: Não impor os 30% de imediato. Isso seria uma loucura", alerta Conceição.

O consultor econômico da Federação, Vilson Trevisan, também se mostra bastante apreensivo com a possível aprovação do projeto. Depois de ser aprovada na última semana antes do recesso parlamentar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados após modificações do Senado, a matéria agora só precisa ser votada no plenário da Câmara dos Deputados para ser encaminhada à sanção presidencial.

"Seria passível estabelecer critérios técnicos e amplamente analisados para determinar o risco de cada tipo de serviço. A segurança patrimonial não é uma receita de bolo em que todos os ingredientes formam apenas um resultado", lembra Trevisan.

O consultor econômico também se mostra preocupado com a nomenclatura do novo benefício. A expressão periculosidade pode provocar um ônus maior ainda para o segmento. "Devemos evitar que seja denominado adicional de periculosidade, pois os ônus previdenciários serão enormes por conta dessa observação. O Estado está cada vez mais insolvente e o impacto da redução do prazo de aposentadoria será de grande monta, inimaginável, mais um contingente buscando condições de favorecimento pessoal", explica Vilson Trevisan.

Em termos financeiros, o impacto da aprovação do Projeto como ele se apresenta hoje superará fácil a casa dos milhões de reais mensais. Além disso, há uma outra conta que deve ser feita: o passivo trabalhista já constituído por férias, décimo terceiro e verbas rescisórias ganharia a companhia do adicional de periculosidade.

"Se esse projeto for aprovado como está, poderemos vivenciar a quebra de várias empresas. É impossível arcar com mais essa conta", afirma o presidente da Fenavist.

Odair Conceição lembra que uma das soluções seria repassar o novo custo para os tomadores de

serviço, o que incluiria o próprio governo, um dos maiores contratantes da atividade. Mas ele é cético quanto à reação do mercado. "O caminho natural das coisas, caso realmente o segmento seja vítima de mais essa injustiça, será repassar os custos aos contratantes. Mas acredito que eles terão dificuldades em aceitar, até mesmo os próprios órgãos públicos, que passam por um momento de aperto financeiro depois dos cortes determinados pelo governo em vários ministérios e nas autarquias ligadas a eles."

O presidente da Fenavist teme que mais essa "conta" possa levar ao aumento da prática dos preços inexequíveis. "Não discordamos do governo. Os trabalhadores devem ter os seus direitos assegurados, desde que sejam justos. Nosso segmento já sofre com a prática da concorrência desleal por parte de empresários aventureiros. Mais esse ônus pode forçar outros a trabalharem com prejuízo na tentativa de manter contratos. E os empresários sérios que não vão se submeter a isso, até para evitar a degradação da atividade, podem ter de fechar as portas. Isso causaria desemprego. Será que nossos parlamentares estão pensando nisso ou estão preocupados apenas em tomar medidas eleitoreiras visando aos votos dos trabalhadores? Para eles é mais importante o voto do que manter um cidadão empregado?

Ações da Fenavist – Não apenas em relação a esse Projeto de Lei, mas a todos os outros que tratam do mesmo assunto, a Fenavist tem atuado de forma incisiva para evitar a aprovação de matérias que venham a inviabilizar a atividade.

No caso específico do PL 1033 e dos outros que tratam do mesmo assunto, a Fenavist tem pedido aos presidentes de sindicatos que mobilizem os deputados de seus estados para fazê-los compreender os malefícios que o adicional de periculosidade poderá trazer ao segmento, se for aprovado como está.

Além disso, por meio da Assessoria Parlamentar, a Federação tem buscado se reunir com os autores dos projetos, líderes partidários, presidentes e relatores de comissões por onde esses projetos passam para expor a gravidade da situação, pedindo a compreensão dos parlamentares para que eles não aprovem o adicional.

Sempre favorável ao diálogo, a Fenavist também vem buscando conversar regularmente com as entidades que representam os trabalhadores, já que estes têm pressionado o Congresso pela aprovação imediata. A Federação tem tentado convencer os representantes dos sindicatos laborais da importância de debater a questão com mais calma, deixando claro que não é contrária ao adicional. O problema é a forma como ele está sendo aprovado.

A Fenavist defende a criação de uma lei que determine o pagamento apenas para os vigilantes que de alguma forma trabalhem em postos com risco evidente e iminente, não para todos. Além disso, os 30% deveriam ser incorporados ao salário de forma fracionada até atingirem o valor máximo.

A Fenavist tem concentrado os trabalhos no que se refere a esse PL na Câmara. A esperança é que os deputados se conscientizem do problema que podem trazer para uma das atividades que mais contribuem para a economia do País, seja em tributos, seja na geração de emprego.

Está sendo feito ainda um trabalho no Palácio do Planalto, de modo que, se a matéria vier a ser aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, a presidente Dilma Rousseff possa vetar o projeto. A consultoria jurídica da federação também está atenta e em busca de solução para o problema.

Tramitação – Apresentado na Câmara dos Deputados em maio de 2003, o projeto objetiva "instituir o salário adicional de periculosidade para os vigilantes e empregados em transporte de valores". Seis anos depois da apresentação, o projeto foi aprovado na Câmara em setembro de 2009, e em seguida, encaminhado à Casa Revisora, o Senado Federal.

No Senado o projeto sofreu uma alteração, com a apresentação da Emenda de Relator, apresentada pelo senador João Tenório (PSDB/AL), aprovada no Plenário da Casa. A Emenda proposta no Senado Federal acrescentou dispositivo ao projeto proibindo acumular o benefício da periculosidade com o "risco de vida".

Um ano depois, o projeto retornou à Câmara, para apreciação da alteração feita pelo Senado Federal e foi distribuído à Comissão de Trabalho. A emenda foi aprovada, com parecer do Relator, dep. João Campos (PSDB/GO), que, no parecer pela aprovação da modificação apresentada pelo Senado Federal, concordou em incluir a atividade de segurança patrimonial entre as atividades consideradas de risco, porém prevendo que "serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo".

O parecer foi aprovado em 6 de julho deste ano e imediatamente o projeto foi enviado à Comissão de Justiça, na qual o relator designado, dep. Nelson Pellegrino (PT/BA), também apresentou parecer com o mesmo teor, aprovando a Emenda do Senado Federal.

Na última reunião do semestre na Comissão de Justiça, no último dia 13 de julho, aprovou-se o parecer. Como esse projeto iniciou na Câmara e foi alterado no Senado Federal, agora será submetido ao Plenário da Câmara dos Deputados. Caso seja aprovado, seguirá para sanção presidencial.

PL 1033

A segurança patrimonial não é uma receita de bolo em que todos os ingredientes formam apenas um resultado

Estamos ou não em um processo de estabilização monetária? Caso afirmativo o custo do processo inflacionário exige atenção diária sobre proposições que possam contribuir com desajustes acima das previsões domésticas. Podemos até admitir que a atividade de segurança patrimonial ofereça algum risco, não generalizado, mas em graus diferenciados e em alguns casos sem nenhuma possibilidade de dimensioná-lo. O que determinará o risco é o tipo de serviço a ser executado.

Portanto, seria passível estabelecer critérios técnicos e amplamente analisados para determinar o risco de cada tipo de serviço. A segurança patrimonial não é uma receita de bolo em que todos os ingredientes formam apenas um resultado.

Diante dos critérios técnicos e definidos é extremamente importante expressar a proposição como Adicional de Risco. Devemos evitar que seja denominado como adicional de periculosidade, pois os ônus previdenciários serão enormes por conta dessa observação. O Estado está cada vez mais insolvente e o impacto da redução do prazo de aposentadoria será de grande monta, inimaginável, mais um contingente buscando condições de favorecimento pessoal.

O segundo ponto a ser analisado é a forma como será pago esse passivo trabalhista. São importantes alguns cuidados especiais em virtude dos custos, pois a atividade é extremamente vinculada ao seu contratante (tomador), sempre existem inúmeras dificuldades quanto ao repasse de custos. Normalmente os contratos se renovam ao longo do tempo e essa vinculação tem como consequência acomodações e repasses dos reajustes culturais do mercado. Essa "conta" será certamente transferida aos tomadores e o mercado terá mais um elemento em sua complexidade, tornando-se problema social, econômico e financeiro.

O impacto de tal magnitude nos custos não poder ser dimensionado em milhares, mas sim em milhões de reais por mês, além de alterar todo o passivo trabalhista já constituído, tal como 13º salário, férias, 1/3 de férias e verbas rescisórias. O impacto é de magnitude máxima em uma escala de proporções sobre os custos, inclusive com resultado significativo na restrição do mercado, pois muitos contratantes buscarão outras opções, inclusive na informalidade para a sua segurança. Evidente que todas as empresas terão grandes dificuldades para absorver essa carga de desembolsos proporcionados pelos efeitos da proposição.

A atividade possui conforme RAIS 2010 o universo de 575.075 vigilantes que, em média recebem o equivalente a R$ 1.000,00 (mil reais) se aplicarmos a este patamar o custo de 30%, o impacto será de aproximadamente R$ 310 milhões/mês, considerando os custos adicionais do passivo previdenciário e trabalhista.

O alerta se faz necessário para estas proposições sociais que oneram gratuitamente os custos, pois certamente irá propiciar os mesmos pleitos em outras atividades que possam se enquadrar sob este ângulo. Da forma proposta o custo final é inflação, desemprego e informalidade.

Vilson Trevisan
Consultor Econômico

Fim do tabelamento de preços: a luta continua

Trabalho para a extinção da tabela do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está a todo o vapor

Uma das principais metas da nova diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o fim do tabelamento dos preços relativos aos contratos com os órgãos públicos feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ainda não aconteceu. Mas a Federação traça novas estratégias para alcançar esse objetivo. E paralelamente tem obtido bons resultados.

Apesar de concentrar os esforços para acabar em definitivo com o tabelamento de preços nos contratos feitos com a administração pública, enquanto a grande conquista não chega, a Fenavist já tem conquistado grandes avanços nas negociações com o Ministério do Planejamento.

Este ano, por exemplo, a Federação conseguiu que no primeiro semestre os valores limites de contratação de 23 das 27 unidades federativas fossem atualizados, ou seja, 85% dos estados já possuem preços condizentes com os custos operacionais e de pessoal estabelecidos pelas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) assinadas em 2011.

O presidente da Fenavist lembra que o ideal seria o fim do tabelamento, mas comemora a evolução no relacionamento com o Ministério do Planejamento. “Nunca concordamos com esse tabelamento. A extinção da tabela seria o mais justo para o segmento. No entanto, não podemos deixar de comemorar a atualização quase imediata da planilha do ministério. Já tivemos casos de estados que ficaram mais de um ano sem reajuste. E do ano passado para cá, com muito diálogo e trabalho árduo, conseguimos mostrar para a Secretaria de Logística a importância da atualização ser feita de forma ágil para tentar diminuir o prejuízo das empresas”, explica Odair Conceição.

Conceição ressalta que o trabalho continuará até que o objetivo maior seja alcançado. Com esse intuito, no dia 18 de julho, acompanhado do presidente do Sindesp-DF, Irenaldo Pereira Lima, e do consultor econômico da Federação, Vilson Trevisan, o presidente da Fenavist participou de reunião no Ministério do Planejamento. Os representantes das empresas deram continuidade às discussões sobre os pontos que afetam o segmento.

Na pauta de debate, o principal item foi o fim do tabelamento de preços. A continuidade da atualização

quase imediata dos preços, enquanto o tabelamento não acabe, também mereceu atenção da Fenavist. A fiscalização sobre as empresas que trabalham com preços inexequíveis e os impactos do adicional de periculosidade/risco nos preços dos serviços que são contratados pelo governo também se fizeram presentes na conversa.

Vale ressaltar que o atual momento que a Federação vive em relação ao Ministério do Planejamento é fruto de um longo trabalho, intensificado no segundo semestre do ano passado com uma série de reuniões que culminou com a revisão da metodologia adotada pela pasta na hora de atualizar os preços, além da promessa do ministério de analisar de forma concreta em 2011 a possibilidade de extinção da tabela.

"É um caminho longo que a gente vem percorrendo há muitos anos. Mas sinto que nós últimos meses fizemos grandes avanços. O Ministério do Planejamento começou a compreender que não queremos o fim da tabela para cobrarmos preços superfaturados, mas porque é o mais justo. Estão compreendendo que o segmento de Segurança Privada é sério", afirma o presidente da Fenavist.

Como tudo começou?

De acordo com o consultor econômico da Fenavist, Vilson Trevisan, para entendermos melhor o que acontece hoje é preciso voltar ao passado. Além disso, ele aponta os empresários aventureiros como os principais culpados pela existência da tabela.

"Devemos recorrer aos fatos anteriores a 1996. O mercado não possuía orientações de valores referenciais e cada empresa tinha o livre arbítrio de cobrar o que lhe satisfizesse, teoria econômica do livre mercado. Algumas, dentro dessa visão, exageraram nas suas satisfações econômicas e, em consequência das análises dos preços, na época descobriu-se que o valor cobrado em determinado contrato era em outro acrescido exageradamente, sem nenhum critério técnico ou mesmo econômico que o justificasse. Tratava-se de mesmo ambiente da convenção coletiva, mesmas funções, apenas o local físico era diferente, portanto injustificável. Esse quadro desaguou em estudos em que foram criadas planilhas de custos e formação de preços, desdobrando os itens da sua formação, justificando de forma grotesca os valores individualizados, consequentemente determinando uma relação de valores por unidade federativa como limites de contratação", explica Trevisan

O consultor afirma ainda que na oportunidade foram analisados valores que davam às empresas o conforto de um preço justo. Alertou-se que, se houvesse autofagia, as consequências seriam danosas para a atividade. E, de acordo com ele, não deu outra. "Os preços despencaram e quase concorrentemente foi introduzido o pregão eletrônico, que, como sabemos, não permite analisar a idoneidade das empresas e observa como essencial apenas preço. Quanto menor, melhor. A partir de então, os valores desceram aos patamares da insanidade, e, como sabemos, muitas empresas estão falidas, mas continuam operando no mercado, pois seu passivo é trabalhista e, como não existe a pressão de cobrança imediata desses valores, nem ameaça de protesto, elas subsistem. O oxigênio desse tipo de empresa é o contrato novo, que cria as condições da continuidade. Esse retrato infelizmente é consequência dos nossos próprios erros", lamenta Vilson Trevisan.

Além disso, o consultor da Fenavist explica que o governo enxerga no tabelamento uma forma de buscar o equilíbrio das contas públicas e evitar "danos ao patrimônio". Por isso determina valores limites de contratação para as atividades de Vigilância e Asseio e Conservação. Como são atividades atípicas e permitem algum entendimento da sua funcionalidade, muitos curiosos estão propensos a estabelecer estudos sobre os fundamentos e principalmente buscando conceituar seus custos cada vez mais baixos.

"Como desconhecem o funcionamento integral da operação desses serviços, entendem eles, assim como muitos ´empresários´, que é possível impor reduções de custos, aplicando conceitos ilegais ou impróprios. Ao não analisar efetivamente seus custos, acaba transferindo direitos dos trabalhadores para repassar como descontos aos tomadores dos serviços", afirma o consultor.

Trevisan, no entanto, alerta que essas atividades dependem exclusivamente do comportamento dos colaboradores (trabalhadores) e que os seus direitos são intransferíveis e impossibilitados de supressão econômica.

"Os analistas de preços do governo observam a aparente execução dos contratos atestando a capacidade de execução dos serviços dessas empresas que ofereceram seus valores bem abaixo da possibilidade de reembolso de todos os custos contratuais. E dizem com todas as letras que o preço é suficiente, pois a empresa está prestando bom serviço há mais de um ano e nada houve até o momento para que supostamente essa empresa esteja em fase de insolvência. Aliás, até o sistema financeiro tem pecado em suas análises", conclui o especialista.

O tabelamento de preços balizados da forma como hoje é apresentado faz mal tanto para a atividade como para o tomador dos serviços. "Quando os processos por inadimplência do prestador começam a se perpetuar como parte integrante das rescisões contratuais, que é o grande problema do momento, apenas devemos contabilizar os valores dessas indenizações. Nunca será de conhecimento público a contrapartida que deve ser alocada nos espaços onde se promove a política da economicidade, contrariando os números ali expressos como ganhos por contratação, para restabelecer o verdadeiro custo final do contrato, ou seja, os valores iniciais contratados mais os valores estimados e pagos nos processos judiciais trabalhistas", finaliza Vilson Trevisan.

Em parceria com o Instituto João Havelange Fenavist promove o Securex

Evento será o maior realizado no País em relação à segurança da Copa do Mundo de 2014

Entre os dias 19 e 21 de março de 2012, a cidade do Rio de Janeiro-RJ será palco do Securex Sports Safety & Security. O Congresso, fechado às forças de segurança pública e privada, acontecerá no Centro de Convenções Sulamérica. O evento já se apresenta como o maior em segurança da Copa do Mundo de 2014.

O Securex é mais uma ação da Fenavist com vistas à preparação do segmento para os grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil nos próximos anos. Em parceria com o Instituto João Havelange, uma entidade com vasta experiência em gestão esportiva, e a Polícia Militar do Rio de Janeiro, o evento vai reunir em um único lugar as forças de segurança dos 12 estados-sede, Força Nacional, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal, além de representantes das empresas de Segurança Privada.

Na pauta de discussão estarão temas relevantes como a forma de promover a segurança em grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. O Securex também vai apresentar as últimas novidades em equipamentos e tecnologia a serem utilizados na Copa.

Entre os convidados estão José Hilário Medeiros, Rodrigo Pimentel, Tenente-Coronel Marcos Cabral Marinho de Moura, Luiz Fernando Correia, Alcino Reis, José Mariano Beltrame, Coronel Nilton Régis Mascarenhas, Igor Pipolo, Paulo Storani, secretários de cada estado-sede da Copa 2014, Lilian Teles, Mônica Suruagy, Paulo Ricardo Diniz, Aggeu Lemos Bezerra Neto e jornalistas consagrados, entre outros, além de convidados de renome internacional da Rússia, de Israel, do Qatar, da França, da Alemanha, dos EUA e da África do Sul.

Para obter mais informações, acesse www.seccurex.com.br

Programação

19/03/2012 (segunda-feira)
· A Visão do Poder Judiciário sobre a Copa de 2014
· Operações na Copa do Mundo/Oportunidades de Negócios/ Legado

Intervalo

Almoço
· Estruturas e Segurança no Evento de Copa do Mundo
· Integração da Segurança Pública e Privada na Copa do Mundo de 2014

Intervalo
· Organização da Copa do Mundo de 2014 nos Estados-Sede - Legado
· Secretários da Copa do PR, SP, RJ, RN, MT e DF

CERIMÔNIA DE ABERTURA DO I SECCUREX RIO 2012
· João Havelange - Presidente de Honra da FIFA

Coquetel de abertura com show de confraternização
20/03/2012 (terça-feira)

· Expectativas dos Policiais Militares Frente à Copa do Mundo de 2014
· Inteligência em Segurança para Grandes Eventos

Intervalo
· Atuação do Governo Federal na Copa de 2014

Almoço
· Tecnologias da Informação Empregadas em Grandes Eventos
· Ameaças do Terrorismo Internacional aos Grandes Eventos

Intervalo
· Experiências da África do Sul, Alemanha, França e Inglaterra em Segurança de Grandes Eventos

21/03/2012 (quarta-feira)
· Métodos Avançados de Qualificação e Treinamento
· Países Continentais Sediando Grandes Eventos

Intervalo
· Capacitação dos Profissionais de Segurança Privada para a Copa de 2014

Almoço
· Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI)
· Segurança de Instalações em Grandes Eventos

Intervalo
· Organização da Copa do Mundo de 2014 nos Estados-Sede - Legados
· Secretários da Copa da BA, PE, MG, CE, AM, RG

Resultado do evento: Apresentação de Relatório Geral sobre o SECCUREX
· Entrega da Comenda João Havelange
Coquetel de encerramento com show de confraternização

Lei cria Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Após ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a Lei que cria a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 8 de julho. De acordo com a Lei 12.440/2011, o documento servirá para as empresas comprovarem que estão em dia com a justiça do trabalho e junto à Administração Pública nos processos de licitação. Serão considerados inadimplentes os empregadores que não obedecerem a sentenças ou acordos judiciais, além dos que não pagarem os honorários e custas processuais. A norma entra em vigor 180 dias após a publicação.

Mudanças no Simples podem acontecer ainda este ano

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar mista das micros e pequenas empresas, deputado Pepe Vargas (PT-RS), a correção dos limites para enquadramento das micros e pequenas empresas no Simples Nacional pode ser aprovado pelo Congresso ainda este ano. Hoje, o limite de faturamento anual da microempresa que participa do Simples está em R$ 240 mil. Já para a empresa de pequeno porte o teto é de R$ 2,4 milhões. Caso o valor do faturamento seja corrigido, as empresas poderão ganhar mais e continuar dentro do programa simplificado de pagamento de tributos. Isso também permitiria que mais empresas, que estão um pouco acima do limite anual de faturamento, ingressassem no Simples. Os novos limites, previstos no projeto de lei complementar 591/2010, são de R$ 360 mil para microempresa e de R$ 3,6 milhões para empresas de pequeno porte.

Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço

De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) serão fixadas regras para que o aviso prévio seja proporcional ao tempo de serviço prestado por um trabalhador. A decisão foi criticada por diversas entidades ligadas à classe empresarial. Essa mudança pode prejudicar substancialmente o empresariado dependendo da fórmula de cálculo utilizada, onerando ainda mais a folha de pagamento das empresas. O julgamento, iniciado no dia 22 de junho, ainda não tem data para ser retomado. Mas, conforme a decisão dos 8 ministros presentes na sessão, o trabalhador há muitos anos em uma empresa poderá receber o equivalente a mais de um mês de salário a título de aviso prévio, no entanto ainda não chegaram a um consenso sobre o assunto. O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, mas os ministros adiantaram que não devem criar uma regra geral, mas sim comunicar ao Congresso para que haja a elaboração de um projeto de lei. Uma possível regra determinada pelo Supremo, segundo o consenso, valeria apenas para o caso concreto analisado.

Câmara dos Deputados ganha Frente Parlamentar do Setor de Serviços

Desde o dia 26 de junho, o setor de Serviços está mais forte dentro do Congresso Nacional. Encabeçada pelo deputado federal e ex-presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (FEBRAC), Laércio Oliveira (PR-SE), a Frente Parlamentar Mista do Setor de Serviços foi lançada. O evento realizado no restaurante do SENAC, na Câmara dos Deputados, em Brasília, foi um grande sucesso e contou com a presença de mais de 230 pessoas entre deputados, representantes de entidades de classe e empresários. O setor de serviços corresponde a 60,5% do PIB brasileiro e, segundo dados do IBGE, emprega cerca de 68% dos trabalhadores de carteira assinada. A Frente foi constituída no âmbito do Congresso Nacional, de interesse público suprapartidário, integrada por deputados federais e senadores da República, podendo ter representações nas Assembleias Legislativas Estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais e tem como objetivo a organização e o fortalecimento do setor de Serviços, defender a geração de emprego formal, melhor distribuição da renda, além do aprimoramento nas relações do trabalho. A Frente Parlamentar tem como presidente o deputado Laércio Oliveira (PR/SE), 1º vice-vresidente do senado federal: senador Eunício Oliveira (PMDB/CE), 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados: deputado Roberto Santiago (PV/SP),1º secretário do Senado Federal: senador Paulo Paim (PT/RS),1º secretário da Câmara dos Deputados: deputado Izalci (PR/DF).

Sindesp-MG oferece aulas de espanhol para empresários das empresas filiadas

Investir em programas de treinamento para capacitar profissionais em outras línguas é a proposta do Sindesp-MG para os empresários da Segurança Privada. Em parceria com a tradicional escola de idiomas Luziana Lanna, aulas de espanhol estão sendo ministradas na sede do Sindesp-MG. A ideia de implantar o programa de treinamento em espanhol vai ao encontro da tendência de globalização mundial, que tem exigido cada vez mais a comunicação entre pessoas de idiomas distintos. Nos negócios, a comunicação em outro idioma se faz cada vez mais presente. Segundo Edson Pinto Neto, presidente do Sindesp-MG, o investimento no programa de treinamento em espanhol busca capacitar os empresários para se comunicarem nas mais diversas situações cotidianas ou de trabalho, no Brasil ou no exterior. A base do curso é a aprendizagem por processos comunicativos. Com o apoio de um vasto material didático, o aluno trabalha com as quatro habilidades: compreensão auditiva, leitura, produção oral e produção escrita.

Sindesp-PR de sede nova

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) esta de casa nova. A atual diretoria, presidida pelo empresário Mauricio Smaniotto, acaba de adquirir uma sede própria para a entidade, localizada na rua João Parolin, no bairro do Parolin, em Curitiba. "É uma grande conquista para os nossos associados, pois teremos um local próprio, que reunirá vários ambientes num único espaço", afirmou Mauricio Smaniotto, ao assinar a escritura que ratifica a compra do imóvel. A nova sede foi revitalizada pelo escritório CWB Arquitetura. Localizada num terreno de mais de mil metros quadrados, a nova sede tem quase 500 metros quadrados de área construída. Os associados têm à sua disposição um auditório, com capacidade para 60 pessoas, uma ampla sala de reuniões, uma biblioteca com a galeria dos ex-presidentes, salas para as equipes administrativa e jurídica e uma sala para o presidente. Uma das áreas de maior destaque da nova sede é o Espaço Gourmet, amplo e confortável, com cozinha equipada e churrasqueira que servirá para reuniões de confraternização dos associados. "Buscamos um imóvel que aliasse segurança, conforto e facilidade de acesso para integração dos nossos associados", disse Smaniotto. O projeto detalhado foi apresentado aos diretores e convidados no dia 20 de maio de 2011, durante um churrasco de confraternização na nova sede. A apresentação foi feita pelo arquiteto Bruno Miranda e coordenada pelo presidente Mauricio Smaniotto.

Lélio Vieira Carneiro é homenageado

Lélio Vieira Carneiro foi presenteado com a entrega de dez livros, contendo mais de três mil páginas que retratam sua vida profissional (sindical/empresarial) e familiar. A homenagem ao presidente do Sindesp-GO se deu durante o Encontro dos Executivos de Sindicatos de Asseio e Segurança em Goiânia, de 11 a 17 de julho de 2011. A entrega foi feita pelo autor das obras, o diretor-executivo, Valdivino Reis de Melo; pela gerente-executiva, Rousilene Corrêa de Carvalho; e pelos demais colaboradores dos Sindeps e Seac-GO. O material foi dividido da seguinte forma: Lélio Vieira Carneiro é Notícia – Fatos e Fotos: sete volumes que tratam da vida empresarial e sindical, veiculada em meios de comunicação de vários estados brasileiros. Lélio Vieira Carneiro – Família e Amigos: dois volumes que registram os momentos mais marcantes de sua vida familiar e social e Pronunciamentos de Lélio Vieira Carneiro: um único volume que compila seus principais pronunciamentos em defesa dos interesses coletivos dos segmentos representativos. Os livros expõem vários anos de história, conquistas e realizações profissionais e pessoais. A homenagem, além de destacar o quanto Lélio Vieira é um empresário que contribui para o fortalecimento das entidades e dos segmentos de Asseio e de Segurança Privada em todo o País, destaca também o reflexo da união familiar.

Sindesp-SC realiza o 8º ENPRESC

De 9 a 11 de dezembro de 2011, no Hotel Vila do Farol, em Bombinhas, acontecou o 8º Encontro das Empresas Prestadoras de Serviços de Santa Catarina (ENPRESC). O evento ofereceu palestras de interesse geral e programação recreativa. Além disso,foram apresentados projetos de responsabilidade social realizados pelas empresas do setor. O projeto vencedor foi premiado com o Troféu Solidariedade – Destaque Social, instituído pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina (SEAC/SC) e Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (SINDESP/SC), com o objetivo de incentivar, identificar, destacar e premiar os trabalhos sociais desenvolvidos pelas empresas associadas. O foco da premiação são as ações que atendem a entidades, comunidades e meio ambiente. Na edição de 2011 houve uma novidade, teve uma premiação para a entidade responsável pela ação vencedora e outra para a equipe que trabalhou nela.

Sindesp-DF propõe mobilização pela troca de brinquedos violentos por educativos

Celebrou-se, no dia 15 de abril de 2011, o Dia do Desarmamento Infantil. A data alerta para os perigos da utilização de armas por crianças, mesmo que sejam de brinquedo. O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal (SINDESP-DF) apoiou a mobilização pela não-utilização de brinquedos violentos e enfatiza a importância de ações educativas. Irenaldo Lima, presidente do SINDESP-DF, afirma que esses brinquedos podem provocar a perda da pureza infantil, afetando significativamente a formação da personalidade e caráter. “Criança tem que aproveitar a infância para brincar, se divertir e aprender coisas boas, como valores humanitários de respeito ao próximo e de pacifismo. Por isso, é essencial ter atenção na hora de escolher o brinquedo do seu filho”, orienta.

Sindesp-BA mantém a Certificação ISO 9001:2008

Certificado pela Bureau Veritas Certification, no ano de 2010, para a norma ISO 9001:2008, o Sindesp-BA foi auditado para manutenção do certificado no final de abril, pela BV, que, após 8 horas de trabalho da auditora Ayala Curvelo, concedeu a manutenção do selo. Os auditores internos do Sindesp-BA, Rodrigo Rosa Menezes e Priscila Brito de Sales, além do gestor do programa, Uzel Duprat, durante todo esse dia responderam a inúmeras perguntas e apresentaram documentos comprobatórios de que que a entidade tem cumprido rigorosamente todas as normas e procedimentos exigidos pela BV para emissão do relatório de manutenção.

Sindesp-TO Inaugura sede administrativa em Palmas

Após um longo trabalho de desmembramento, instalação e amadurecimento das atividades, o Sindesp-TO e o Seac-TO, em parceria com os pares de Goiás, inaugurou, no dia 15 de abril de 2011, sua sede administrativa. Por decisão dos associados, o local recebeu o nome de “Espaço Sindical Senador Eunício Oliveira”, em homenagem ao presidente fundador da Fenavist. Já o auditório recebeu o nome de Ricardo Garcia, em referência ao atual presidente da Febrac. O evento contou com a presença do presidente do Sindesp-GO, Renê Rodrigues; do presidente da Fenavist, Odair Conceição; do presidente da Febrac, Ricardo Garcia; dos presidentes do Sindesp-GO e SEAC-GO, Lélio Carneiro e Edgar Segato, respectivamente, além de empresários de Goiás e Tocantins. A inauguração da nova sede teve ampla divulgação tanto na imprensa local quanto no estado de Goiás.

Combate aos preços inexequíveis

Raimundo Nonato Rodrigues

Raimundo Nonato Rodrigues Coelho, 55 anos, iniciou sua trajetória na atividade de Segurança Privada há mais de 30 anos como gerente de Recursos Humanos de uma empresa instalada em Manaus-AM. Implantou no estado do Amazonas o primeiro Centro de Formação de Vigilante para treinamento e aperfeiçoamento dos vigilantes da empresa, bem como uma filial em Porto Velho-RO. Sempre combateu a clandestinidade e os preços inexequíveis que, à época, já existiam. Atualmente, trabalha no mercado de Roraima, onde fundou o CFV (RR) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do estado (Sindesp-RR). Hoje é sócio administrador de uma empresa que tem como filosofia atender à sua clientela com eficiência, segurança e muita responsabilidade. Como empresário do ramo e membro do Sindicato, combate os mesmos problemas do início de sua trajetória: clandestinidade e preços inexequíveis praticados por empresários que não têm nenhum compromisso com o estado nem com o segmento da classe. Militante do setor, ocupa o cargo de vice-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança (Abrevis) e pertence ao Conselho do SENAC-RR, representando o grupo das federações municipais.

Por um segmento organizado

Leonardo Ottoni

Formado em administração de empresas, o empresário goiano, Leonardo Ottoni Vieira, iniciou sua carreira profissional em 1995 no ramo alimentício, no qual atuou em diversos departamentos de uma grande empresa, se especializando em Gestão da Qualidade. Antes de entrar para o ramo da Segurança Privada em 2004, Ottoni fundou junto com a irmã uma agência de viagem. E, em 2002, criou uma Construtora e Incorporadora. Dono da TOTAL Vigilância e Segurança, atua nos estados de Goiás e Tocantins. Desde 2007 trabalha de forma incisiva dentro das entidades de classe que representam o segmento, entre elas o Sindesp-GO, o Sindesp-TO e o SIESE-GO. Em 2010 assumiu a Presidência da Associação Goiana das Empresas Prestadoras de Serviço, AGEPS. Já em 2011, tornou-se vice-presidente para Assuntos Financeiros da Fenavist. Há três anos busca manter um canal permanente de diálogo com os sindicatos laborais locais, em um ambiente de respeito e cooperação, em torno de uma agenda de pontos convergentes, de duas naturezas: condições e relações de trabalho e fortalecimento da atividade de Segurança Privada no estado. Além disso, acredita que a atividade sindical é peça-chave para criar a representatividade de um setor. Por isso afirma que, quanto mais organizada ela for, mais fortemente ela representa o setor.

Em defesa do fortalecimento da representação sindical

Jerri Bertoni

Aos 43 anos, Jerri Bertoni Macedo é diretor da empresa Stv Segurança e Transporte de Valores , que atua na prestação de serviços de vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e monitoramento. Formado em Gestão de Segurança Empresarial, entrou para o segmento em 1975 e no ano de 1998 passou a atuar dentro da área sindical. Atualmente, preside o Sindasseio-RS e é o vice-presidente da Fenavist para assuntos de sustentabilidade e meio ambiente. Tem como principais bandeiras o fortalecimento da representação sindical; o aumento do associativismo; maior representação política e técnica das entidades de classe, além de oferecer treinamento e desenvolvimento empresarial. O empresário gaúcho ressalta a importância do sindicato, já que eles são a representação técnica e política do segmento econômico, sendo um porta voz dos anseios dos empresários, um defensor qualificado dos direitos comerciais e de mercado bem como um interlocutor e negociador nas mais diversas áreas.

VIGILÂNCIA CLANDESTINA

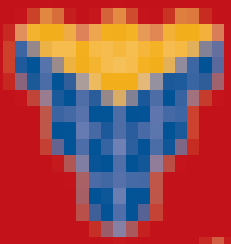
Ao contratar serviços de segurança clandestinos você coloca sua vida nas mãos de estranhos. Além disso, você contribui para:

O [illegible]

A [illegible]

A [illegible]

DENUNCIE



Fenavist

Para se manter informado sobre o segmento de segurança privada acesse:

www.fenavist.org.br